



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

RAQUEL DO NASCIMENTO SABINO

**REMINISCÊNCIAS DA PROFESSORA CLEMILDE TORRES PEREIRA
DA SILVA: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba
(1942-2013)**

JOÃO PESSOA – PB
FEVEREIRO /2016

RAQUEL DO NASCIMENTO SABINO

**REMINISCÊNCIAS DA PROFESSORA CLEMILDE TORRES PEREIRA
DA SILVA: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba
(1942-2013)**

Dissertação apresentada para defesa do Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba no período letivo 2016.1, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado.

JOÃO PESSOA – PB
FEVEREIRO /2016

S116r Sabino, Raquel do Nascimento.
Reminiscências da professora Clemilde Torres Pereira da
Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba
(1942-2013) / Raquel do Nascimento Sabino.- João Pessoa,
2016.
112f. : il.
Orientador: Charliton José dos Santos Machado
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Silva, Clemilde Torres Pereira da. 2. Educação.
3. Reminiscência. 4. Memória. 5. História oral. 6. Instituições-
memória.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

RAQUEL DO NASCIMENTO SABINO

**REMINISCÊNCIAS DA PROFESSORA CLEMILDE TORRES PEREIRA
DA SILVA: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba
(1942-2013)**

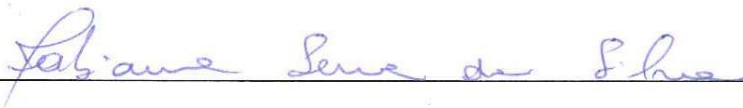
Dissertação apresentada para defesa do Curso de Mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba no período letivo 2016.1, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado.

Dissertação defendida em: 15 / 02 / 2016, para obtenção do título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Presidente: **Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado**
Orientador - UFPB



Examinadora: **Prof.ª Dr.ª Fabiana Sena Silva**
Membro Avaliador Interno -UFPB



Examinadora: **Prof.ª Dr.ª Lia Machado Fiuza Fialho**
Membro Avaliador Externo -UECE

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ser a fonte de forças durante a caminhada.

Ao meu orientador Dr. Charliton Machado, por ser meu grande incentivador e por conduzir com exímia competência a orientação deste trabalho.

À Clemilde Torres Pereira da Silva, por sua generosidade em compartilhar suas histórias e memórias.

Aos meus pais João e Alice Sabino por terem sido meus primeiros mestres na vida.

Ao meu segundo pai, Antônio Idalino, fonte de sabedoria e simplicidade.

A minha avó Severina Pereira, vovó Cabôca, por ter me ensinado a gostar de ouvir histórias de vida.

Aos meus irmãos Vanusa, Abraão, Lázaro, Estevão, Isaque, Marta, Joana por serem os companheiros na jornada da vida.

As minhas filhas Paula Sabino e Luiza Sabino, minhas poesias e amores.

Aos meus Cunhados, Simone Karla e Eriberto Neves, por me motivarem e acreditarem em mim.

Aos amigos Thayana Domingos e Evaldo Silva pelo apoio e motivação e por me consolarem em todos os momentos.

Aos companheiros de trabalho Daniel de Assis e Graça Madruga por todo apoio.

Aos funcionários do Arquivo Afonso Pereira, Daniel Wendel e Aparecida Almeida, pela prontidão em nos atender e pela colaboração durante toda a pesquisa.

Aos queridos mestres e colegas de mestrado que contribuíram para a construção desta formação tão necessária.

Às professoras da banca de qualificação, Lia Machado e Fabiana Sena, por aceitarem o desafio de produzir comigo uma dissertação à altura da história da professora Clemilde Torres Pereira da Silva e da linha de pesquisa em História da Educação do PPGE/UFPB.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo e esquecer os caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia; e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. (FERNANDO TEIXEIRA DE ANDRADE).

RESUMO

Este estudo investigou a trajetória profissional e as contribuições da educadora, arquivista e escritora Clemilde Torres Pereira da Silva às instituições-memória da Paraíba. Trata-se do desvelamento das narrativas, das histórias lembradas e ressignificadas pela educadora sobre sua atuação no âmbito das instituições-memória da Paraíba. Para tanto, foram investigados seus percursos profissionais construídos entre 1942, período que compreende o início de sua formação profissional realizada na cidade de Bananeiras (PB), até o ano de 2013, período em que permanecia atuando como diretora do Arquivo Afonso Pereira, fundado pela educadora em 1998, na cidade de João Pessoa (PB). Inscrito no campo da abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural e guiado pelas premissas da História Oral, este trabalho, buscou desvelar, por meio de entrevistas temáticas, as reminiscências de Clemilde Pereira sobre sua origem familiar, sua formação inicial e seus primeiros trabalhos da atuação como arquivista. Nele, foi descrito o engajamento da educadora como arquivista nos espaços em que atuou e a consolidação da trajetória profissional nas instituições-memória da Paraíba, sobretudo no Arquivo Afonso Pereira da Silva. O estudo revelou que a educadora desempenhou uma ação educativa contributiva à sociedade e à educação ao desempenhar um trabalho de produção e de disponibilização da informação através de documentos épocas distintas. Por fim, foram evidenciadas suas contribuições como escritora de narrativas históricas que favorecem a reconstrução do passado, ensejando luz à prática educativa de Clemilde Pereira nos espaços de preservação da memória.

Palavras-chave: Clemilde Pereira. Reminiscência. Memória. História Oral. Instituições-memória.

ABSTRACT

This paper investigated the career and contributions of the educator, archivist and writer Clemilde Torres Pereira da Silva to the memory-institutions of Paraíba. This is the unveiling of the narratives and the stories remembered and resignified by the educator about her performance in the context of memory-institutions of Paraíba. To this end, we investigated her career paths from 1942, a period starting with the beginning of her studies in the city of Bananeiras (PB), through 2013, in which she was working as Director of Afonso Pereira Archive, founded by herself in 1998, in the city of João Pessoa (PB). Categorized in the field of theoretical and methodological approach of the New Cultural History and guided by the premises of Oral History, this study aimed to unveil, through thematic interviews, the reminiscences of Clemilde Torres about her family origins, her education and her early works as an archivist. Here we described the engagement of the educator as archivist in the spaces in which she worked and the consolidation of her professional career in the memory-institutions of Paraíba, especially Afonso Pereira da Silva Archive. The study revealed that the educator performed a contributive educative action to society and to education, as she produced and made available information through documents of different ages. Finally, we highlighted her contribution as a writer of historical narratives that facilitate the reconstruction of the past, shedding light to the educational practice of Clemilde Pereira in memory preservation spaces.

Key words: Clemilde Pereira. Reminiscence. Memory. Oral History. Memory-institutions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Gustavo Olavo Torres sentado ao lado esquerdo (s/d)	39
FIGURA 2 - Clarinda da Câmara Torres (s/d)	39
FIGURA 3 - Solenidade de formatura da Escola Normal (1942)	42
FIGURA 4 - Diploma de professora de Clemilde Pereira (1942)	42
FIGURA 5 - Frente do Boletim anual da aluna (1942)	43
FIGURA 6 - Verso do Boletim anual da aluna (1942)	44
FIGURA 7 - Atestado de conduta de Clemilde Pereira expedido pela escola normal (1942)	45
FIGURA 8 - Solenidade matrimonial de Clemilde e Afonso (1950)	48
FIGURA 9 - Casal com as filhas, Graça e Ana Flávia (s/d)	50
FIGURA 10 - Placa de inauguração do Arquivo Afonso Pereira (1998)	57
FIGURA 11 - Arquivo Afonso Pereira (1998)	57
FIGURA 12 - Biblioteca do Arquivo Afonso Pereira (1998)	59
FIGURA 13 - Clemilde Pereira aos 90 anos no espaço memória AAP explicando à pesquisadora a história da FPI exposta na sala C (2014)	62
FIGURA 14 - Academia Paraibana de Letras (2015)	63
FIGURA 15 - Clemilde Pereira servindo o chá acadêmico (1982)	66
FIGURA 16 - Homens e mulheres participando do chá acadêmico (1982)	66
FIGURA 17 - Clemilde Pereira no momento da assinatura da Ata de posse de Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro (1980)	67
FIGURA 18 - Fachada do prédio da Fundação Padre Ibiapina (2015)	69
FIGURA 19 - Ginásio 4 de Julho (s/d)	71
FIGURA 20 - Ata da criação da FPI, lavrada e assinada por Clemilde Pereira em 30 de março de 1954	72
FIGURA 21 - Ata da reunião da Assembleia da FPI, em 05 de outubro de 1976	73
FIGURA 22 – Entrega do motor de luz da Escola Monsenhor Moraes em Bonito de Santa Fé (1960)	76
FIGURA 23 - Pele da onça abatida em Bonito de Santa Fé (s/d)	76
FIGURA 24 - Banner com as intuições educativas criadas pela FPI (2015)	77

FIGURA 25 - Portaria de nomeação de Clemilde Pereira como superintendente da FPI (1984)	78
FIGURA 26 - Clemilde Pereira aos 91 anos no AAP mostrando os relatórios da FPI (2015)	79
FIGURA 27 - Relatórios da FPI, anos de 1957,1965,1967,1970,1989.....	79
FIGURA 28 - Ata da Assembleia Geral da FPI de 09 de dezembro de 2005.....	79
FIGURA 29 - Sala Fundação Padre Ibiapina AAP (2015)	80
FIGURA 30 - Designação de Clemilde Pereira como organizadora do Arquivo Geral da Santa Casa em 1984.....	81
FIGURA 31 - Nomeação de Clemilde Pereira como organizadora do Arquivo Geral da Santa Casa em 29 de novembro de 1984.....	82
FIGURA 32 - Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia (s/d)	83
FIGURA 33 - Notícia do jornal <i>Correio</i> de 03 de julho de 1985 da inauguração do arquivo geral da Santa Casa de Misericórdia.....	84
FIGURA 34 - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (2015)	85
FIGURA 35 - Sessão Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – AAP (2015)	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP	Arquivo Afonso Pereira da Silva
APL	Academia Paraibana de Letras
CCS	Centro de Ciências da Saúde
FPI	Fundação Padre Ibiapina
IEP	Instituto de Educação da Paraíba
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
INL	Instituto Nacional do Livro
IPÊ	Instituto Paraibano de Educação
MEC	Ministério da Educação
NHC	Nova História Cultural
PB	Paraíba
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIPÊ	Centro Universitário de João Pessoa

SUMÁRIO

1 OS CAMINHOS DE UMA TRAVESSIA	13
1.1 Nova história cultural: campo fecundo às novas possibilidades de pesquisa	21
1.2 História Oral como metodologia	24
1.3 Oralidade e memória	28
1.4 Percurso metodológico da pesquisa	33
2 QUEM É CLEMILDE TORRES PEREIRA DA SILVA? UM POUCO DE SUA HISTÓRIA	37
2.1 A origem familiar	39
2.2 O início da elaboração dos saberes e a formação educacional	40
2.3 Os primeiros passos da atuação profissional como arquivista	47
3 ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS: O ENGAJAMENTO NAS INSTITUIÇÕES – MEMÓRIA DA PARAÍBA	54
3.1 A trajetória profissional de Clemilde Torres Pereira da Silva nas instituições-memória	55
3.2 Clemilde Torres Pereira da Silva e a criação do Arquivo Afonso Pereira	55
3.3 Academia Paraibana de Letras: primórdios da participação feminina	63
3.4 Fundação Padre Ibiapina: alicerces da educação em terrenos paraibanos	68
3.5 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba: registros do passado da assistência médico-social na Paraíba	81
3.6 Práticas de escrita de Clemilde Pereira: narrativas históricas	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	99
ANEXOS	106

1 OS CAMINHOS DE UMA TRAVESSIA¹

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. (ROSA, 1994, p.449).

Travessias não são fáceis, são geralmente carregadas de significados e subjetividades e é preciso coragem para fazê-las. É refletindo sobre os caminhos da presente pesquisa acadêmica que inicio este trabalho.

Durante o percurso de elaboração desta dissertação, permeado pelas discussões nas aulas da pós-graduação sobre meu objeto de pesquisa, ou mesmo, nas reflexões silenciosas que me acompanharam na laboriosa caminhada acadêmica, dentre tantas, retive latente a indagação sobre o motivo da escolha do objeto de estudo deste trabalho e, na busca dessa resposta, fiz descobertas surpreendentes sobre por que enveredei pelas trilhas da tão almejada travessia que certamente me conduzirá ao crescimento no âmbito intelectual e profissional.

Nessa busca, cheguei à conclusão de que dois tempos distintos fizeram-me seguir os passos por mim palmilhados. O primeiro tempo encontra-se na minha infância, na década de 1980, quando no Agreste Paraibano, eu, menina de oito anos, cuja atividade predileta, nas férias, era ficar na casa da vovó Cabôca, período em que passava horas a fio ouvindo os relatos da história de vida daquela mulher com marcas indeléveis de um tempo no qual o lugar destinado às mulheres era de submissão na sociedade conservadora. Esse tempo mencionado refere-se às primeiras décadas do século XX. Rago (2012) argumenta que nesse período, apesar da modernização, a sociedade era pautada por um forte moralismo e o espaço público era definido como lugar basicamente masculino. Não me lembro de todas as narrativas que ouvia de vovó, como nos diz Pollak (1992) a memória é seletiva, registra e relembra aquilo que por algum motivo marcou, consciente ou inconscientemente. Na época, eu dedicava atenção a todas as histórias dos tempos vividos por vovó pelo vínculo afetivo que nos unia. Obviamente não tinha a capacidade reflexiva de fazer nenhuma análise sobre o que me era narrado. Hoje,

¹ Com a devida vênia, em parte desta seção, optamos por utilizar os verbos na primeira pessoa do singular por se tratar dos motivos pessoais da aluna pesquisadora.

no exercício de excursionar a memória, percebi que ali foi plantada a semente do interesse por ouvir histórias de vida de mulheres, sobretudo mulheres idosas.

O segundo tempo está relacionado à minha trajetória de estudante e atuação profissional. A partir das leituras e reflexões realizadas durante minha formação acadêmica no curso de pedagogia na década de 2000, mantive os primeiros contatos com a temática acerca do papel da mulher na sociedade, seu reconhecimento histórico e as questões de gênero. Além disso, minha própria forma de estar no mundo enquanto educadora alimentava o meu interesse pela temática. Em 2004, durante estudos direcionados à literatura, as leituras dos enredos literários que revelavam como a mulher era retratada em diferentes tempos, com as marcas da sociedade de cada época, despertaram, sobremaneira, o desejo de estudar acerca a história de mulheres. Posteriormente, no decorrer de minha atuação enquanto educadora cresceu minha inclinação para os temas relacionados às mulheres, sua inserção na história e histórias de vida das educadoras.

Desde a conclusão do curso de Pedagogia em 2003, o desejo pelo mestrado era uma chama que existia, entretanto, a exaustiva jornada de trabalho na escola pública, necessária à subsistência, não me permitiam investir no mestrado. Na verdade, faltava o encontro, a descoberta do objeto de estudo que seria a motivação propulsora para a investidura no mestrado.

A boniteza do encontro deu-se por meio do contato profissional e pessoal com a professora Clemilde Torres Pereira da Silva, doravante denominada de Clemilde Pereira, e da minha percepção sobre a essência do seu trabalho junto às instituições-memória da Paraíba, dentre eles, como fundadora e diretora do Arquivo Afonso Pereira (AAP). No ano de 2009, quando eu atuava como supervisora escolar na Escola Municipal Professor Afonso Pereira da Silva, conheci a educadora que realizava um trabalho como colaboradora na criação da biblioteca da referida escola. Nesse período, presenciei o esforço de Clemilde Pereira que organizou uma campanha e entregou à escola cerca de 200 títulos de livros novos para a biblioteca daquele espaço educativo. Desde então, interessou-me sobretudo a ação contributiva daquela mulher para com a escola, nos enviando livros para o acervo da biblioteca e, quando convidada, discursando sobre a importância da educação na vida das pessoas, contando um pouco de sua história.

Mas, a decisão deu-se definitivamente em 2012, quando em visita com um grupo de alunos da escola ao AAP, presenciei uma aula da educadora Clemilde

Pereira, que aos 88 anos conduzia com empolgação o grupo de alunos e explicava com precisão sobre o acervo de cada recinto da visitação, dando detalhes históricos sobre eles.

Em 2013, imbuída da certeza de que eu queria pesquisar sobre a história de vida de Clemilde Pereira, após 10 anos longe do Centro de Educa o da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), finalmente me inscrevi na sele o do mestrado do Programa de Pós-Gradua o em Educa o (PPGE/ UFPB). Aprovada na linha de pesquisa História da Educa o havia desafios a serem superados, pois meu estudo exigia enveredar pelos caminhos da História da Educa o, disciplina cursada com certa fragilidade na gradua o².

² Expomos brevemente o percurso historiográfico de nossa jornada acadêmica no mestrado: No primeiro semestre letivo 2014.1, enveredamos pelos caminhos teóricos da História da Educa o por meio da disciplina *Educa o Brasileira*, com carga horária de 60 horas/aula, ministrada pela professora Maria Elizete Guimarães Carvalho. O objetivo da mesma foi compreender a educa o brasileira a partir de uma perspectiva histórica, considerando o legado de cinco séculos de estudos, teoriza es e experiências educativas com base nas correntes de pensamento educacional e contribui es de pensadores brasileiros. Através de uma metodologia investigativa e reflexiva, por meio de leituras, exposi o e debates dos textos indicados, nosso olhar ampliou-se em rela o a história da educa o brasileira. Ainda para nossa fundamenta o teórica e metodológica, cursamos no período 2014.1 a disciplina *Pesquisa em Educa o*, com carga horária de 60 horas/aula, ministrada pela professora Maria Lúcia da Silva Nunes. Com o objetivo de promover a compreensão das diversas possibilidades epistemológicas da pesquisa científica, no campo da educa o, a disciplina possibilitou a identifica o de perspectivas temáticas e metodológicas, como também fomentou o debate problematizador sobre as produ es desenvolvidas na área da educa o. Isto foi basilar para que entendêssemos os desafios e as possibilidades de se fazer pesquisa em educa o no Brasil. Dentre o arcabouço de textos que fizeram parte do conteúdo programático da disciplina, destacamos: *Introdu o ao Pensamento Epistemológico*, de Hilton Ferreira Japiassu; *A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber*, de Bernard Charlot; *Algumas considera es sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais*, de Bernadete Gatti; *A pesquisa educacional no Brasil*, Guiomar Namor de Mello. No período 2014.2, nas disciplinas: *Pesquisa em História da Educa o*, com carga horária de 45 horas/aula, ministrada pela professora Maurícia Ananias, elaboramos o esquema de constru o de disserta o. Os objetivos da disciplina foram: proporcionar discussões acerca das pesquisas no campo da história da educa o brasileira e discutir as pesquisas de mestrado e de doutorado, tendo como norte as perspectivas teóricas e metodológicas do campo da história da educa o. Na primeira unidade, debruçamo-nos nas especificidades da pesquisa em História em Educa o através dos seguintes textos: *A constitui o histórica do campo (1880-1970)*, dos autores, Diana Vidal e Faria Filho; *A produ o em história da educa o nas regiões Nordeste e Norte. O estado do conhecimento*, de Marta Araújo; *As novas abordagens no campo da história da educa o brasileira*, de Antonio Carlos Pinheiro; *Sobre cultura escolar e história da educa o: questões para debate*, autoria de Diana Vidal e Cleonora Schwartz e, por último, o texto *Desafios da pesquisa com cultura escolar na documenta o da Parahyba Oitocentista*, escrito pela professora Cláudia Engler Cury. Na segunda unidade da disciplina, o foco dos conteúdos foi direcionado para o pesquisador como interlocutor de diferentes linguagens/fontes e pesquisas em História da Educa o. Sendo assim, os textos que compuseram o estudo foram: *As práticas educativas da Liga Camponesa de Sap : memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)*, de Wilson Xavier; *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolariza o e a experiência*, da autora Ana Luiza Costa; *Atua o educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências*, capítulo 01 (um) da disserta o de mestrado em educa o de Amanda Galv nio; e *Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba e a forma o de cidad es úteis   na o (1909 – 1942)*, capítulo 01(um) da tese de doutorado de Luciano

Como fruto deste significativo percurso acadêmico, apresentamos o presente trabalho que tem como título: *Reminiscências da professora Clemilde Torres Pereira da Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013)*. Este estudo investigou a participação da professora Clemilde Torres Pereira da Silva nas instituições-memória da Paraíba, em especial, no Arquivo Afonso Pereira da Silva.

Nessa seara investigativa deste estudo partimos da indagação acerca de qual teria sido a participação da professora Clemilde Pereira nas instituições-memória da Paraíba, sobretudo no Arquivo Afonso Pereira. Para avançarmos na reflexão dessa problemática, outras questões nortearam esta pesquisa: qual a história de vida de Clemilde Pereira? Quais saberes foram tecidos no cotidiano? Qual a trajetória profissional da educadora? Quais as experiências vivenciadas por ela como mulher, educadora, arquivista e escritora? Que saberes e práticas ela fez circular nos espaços em que ela trabalhou?

Para responder a essas questões da pesquisa buscamos desvelar a trajetória profissional da educadora, hoje com 91 anos de idade, sobretudo no período compreendido entre 1942, quando ingressou no curso normal no Colégio Sagrado Coração de Jesus, de Bananeiras, até 2013, período em que permanecia como diretora do AAP. O referido recorte tem o propósito de compreender o início do

Candeia (2013). Na terceira unidade, ocorreram as oficinas das apresentações dos esquemas de dissertações e teses de mestrandos e doutorandos. Ainda no semestre 2014.2, cursamos a disciplina *Tópicos em História da Educação: Imprensa, História e Educação*, com carga horária de 60 horas/aula, ministrada pela professora Fabiana Sena. Sendo os objetivos da referida disciplina: compreender o jornal no tempo histórico da enunciação; identificar a produção, circulação e usos da imprensa no Brasil do século XIX e XX; compreender o uso da imprensa na História da Educação como objeto de pesquisa. Nela, observamos as contribuições ao nosso trabalho no tocante aos temas relacionados às mulheres. A exemplo da unidade 03 (três) que tratou sobre imprensa e mulher, e a partir das leituras e discussões realizadas nas aulas, conduziram-nos a percepção das representações da mulher no século XX. Na referida unidade foram trabalhados os seguintes textos: *A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX*, de Marcus Carvalho; *A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do século XIX*, autoria de Eliza Casadei; *Imprensa feminina, revista feminina: a imprensa feminina no Brasil*, de Sandra Lima; e *JORNAL DAS MOÇAS (1926-1932): imprensa feminina no sertão norte-rio-grandense*, do autor Manoel Rocha Neto. Como atividade final da disciplina, produzimos um artigo intitulado *Imprensa Feminina: imagens e conteúdos para o feminino nas capas da revista "Querida"*. O estudo lançou um olhar sobre a imprensa feminina no Brasil, sobretudo, as revistas, com o objetivo de perceber quais as imagens da mulher e os conteúdos para o feminino se espalhavam nas capas da referida revista nos anos 50 e 90 através dos títulos, das chamadas e das imagens. Revelou-nos que nos anos 50 as capas de *Querida* traziam a imagem da mulher adulta de classe média, assim como conteúdos sobre beleza, decoração, culinária, contos e novelas, que desempenhavam papel persuasivo em relação às condutas adequadas às mulheres da família burguesa. Nos anos 90, com vistas à demanda mercadológica, *Querida* trazia nas capas a imagem da mulher jovem e televisiva. Com temas sobre moda, beleza, saúde, comportamento, difundia conteúdos, para as jovens, que não eram tratados no âmbito familiar.

processo de formação profissional, sua trajetória como arquivista e sua contribuição às instituições-memória da Paraíba.

Neste trabalho defendemos o argumento de que Clemilde Pereira desempenhou um trabalho educativo e contributivo à sociedade e à história da educação da Paraíba nos espaços em que esteve inserida, especialmente nas Instituições-memória de Paraíba-PB. Disso decorre a importância de, através deste estudo, ensejar luz à prática educativa de Clemilde Pereira nos espaços de preservação da memória.

A história, vida e trajetória profissional de educadoras tem se constituído em um dos temas de grande relevância no campo da história da educação. Contar a história das educadoras é uma forma de registrar e desvelar a memória feminina, de incluir a mulher na narrativa história. Conforme afirmam Machado et.al. (2012, p.8): “Contar as histórias das educadoras é insistir no rompimento de um silêncio histórico que perdurou tempo demais”.

No âmbito da história oficial a memória feminina passou, ao longo das décadas, por um processo de suplantação e, durante muito tempo, a história foi narrada por homens. Perrot (1989) destaca que no século XIX a mulher era incluída na sociedade como ornamento, cristalizada como esposa e mãe e que a narrativa histórica tradicional lhes reservava pouco espaço, ao passo que dava dimensão pública à guerra e à política, contexto em que elas pouco se inseriam. Segundo a autora, “Essa ausência no nível da narrativa se amplia pela carência de pistas no domínio das ‘fontes’ com as quais se nutre o historiador, devido à deficiência dos registros primários”. Afirma ainda que, “[...] a memória das mulheres é verbo”. (PERROT,1989, p.9).

Entretanto, essa memória que é verbo, é oralidade, passou a ocupar espaço na narrativa histórica por meio da renovação da escrita da história iniciada em meados do século XX. Ou seja, a partir da revisão da produção historiográfica realizada pelos historiadores da Nova História Cultural. Nesse novo olhar dos historiadores, as evidências orais passam a ser examinadas (BURKE,2005), e a metodologia História Oral se constitui em espaço de materialização de uma nova fonte, viabilizando o reconhecimento historiográfico mais amplo da realidade.

Sendo assim, este estudo encontra-se inscrito no campo da abordagem teórico- metodológica da Nova História Cultural, dentro da perspectiva de uma análise historiográfica, visto que se assenta sobre a história das práticas educativas

de mulheres. Conforme esclarece Burke (2011), a Nova História Cultural cuja base filosófica é a concepção de que a realidade é social ou culturalmente constituída, se interessa pela variedade de atividades humanas, pelas pessoas comuns e suas experiências construídas no contexto social. Portanto, compreendemos que nessa nova dimensão da escrita da história, a prática educativa de mulheres torna-se fecundo objeto de estudo.

Por se tratar de um estudo sobre a trajetória profissional da educadora Clemilde Pereira, respaldamo-nos na História Oral como a alternativa metodológica mais adequada para atender às demandas propostas nesta pesquisa, pois essa metodologia, conforme enfatiza Alberti (2011, p. 155): “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Noutras palavras, permite novas possibilidades de investigação do passado a partir do acesso de histórias contidas na história. Destarte, nas histórias narradas pela educadora foram vislumbrados elementos, pistas, que ajudaram a compreender algumas mudanças e permanências que perpassam a educação.

Considerando que a História Oral utiliza como fonte o relato oral, por meio do qual se desvela a memória e suas ressignificações, esta é considerada o substrato essencial para a consecução do objetivo proposto na pesquisa em História Oral, por conseguinte, os objetivos do presente estudo. Nessa perspectiva, este estudo fundamenta-se nas reflexões de Paul Thompson (1992); Carlos Sebe Bom Meihy (2010) e Verena Alberti (2011;2005;2004) sobre a História Oral como metodologia de pesquisa no campo da história. Dentre os autores que compõem o arcabouço teórico da Nova História Cultural, são referenciais para este trabalho os estudos de Jaques Le Goff (2013) sobre a abordagem histórica da memória como fonte do passado no presente; Michael Pollak (1992) com os estudos que versam sobre memória e identidade social; Ecléa Bosí (1994) memória e sociedade; Roger Chartier (2002) sobre a História Cultural, os estudos das práticas e representações e Peter Burke (2011) sobre a Nova História Cultural.

Uma vez que o foco central da pesquisa é a vida profissional de Clemilde Pereira e pela oportunidade de dialogar com a educadora, optamos pelo procedimento da entrevista temática. De acordo com Alberti:

As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido [...]. Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm, estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento ou a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas. (ALBERTI, 2011, p.175).

Estudar sobre Clemilde Pereira por meio de suas memórias, desveladas através do relato oral, analisando a trajetória profissional trilhada por ela, possibilitou não apenas um mergulho no cotidiano do passado e do presente da educadora, visando descortinar as histórias de vida com relação às suas práticas educativas, como também permitiu o registro do seu percurso de vida, constituindo fontes e documentos para melhor compreensão da história da educação.

Em relação à memória, Le Goff assevera que,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-os em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 2013, p. 387).

Então, a memória não compreende a história, porém possibilita ao pesquisador produzir interpretações do passado, “[...] frente às evidências orais do vivido, testemunhado e sentido pelos entrevistados”. (SILVA, 2008, p. 33).

Grossi e Ferreira (2001) revelam o significado da memória como processo vivido, em constante evolução, e ainda é concebida como uma construção imaginária e de elaboração simbólica, pois aquele que rememora tece uma relação afetiva com o passado e tende a mitificá-lo. A memória interfere na reconstrução do passado, tendo como referência o tempo presente. Nesse sentido, a memória se entrelaçaria no tempo, espargindo seus fragmentos, como a própria vida que sustenta a experiência.

De acordo com Pollak (1992, p.204) “em todos os níveis a memória é um fenômeno construído social e individualmente”. Para o autor, ela é construída pelos acontecimentos vividos pessoalmente e na coletividade em que se está inserido; por pessoas e personagens que fizeram ou não parte do cotidiano do indivíduo e pelos lugares ligados a uma lembrança pessoal ou por um período vivido na coletividade. (POLLAK, 1992).

Como neste estudo partiu-se de histórias no contexto vivido, a história com as facetas social e pessoal da educadora entrevistada foi contada entremeando-as de modo que os depoimentos orais de vida sobre suas práticas educativas fossem relacionados às histórias de vida pessoal e social, isto é, às memórias da entrevistada.

Nessa pesquisa, a educadora enveredou pelos detalhes guardados na memória, dando concretude e visibilidade às suas memórias de práticas educativas. Trama que foi construída por meio da narração, seu respectivo registro e análise.

Ao trabalharmos com narrativas como fonte de pesquisa, somos instados a interpretar o que nos é narrado. O que pressupõe enveredar por uma prática de análise de discurso. Obviamente neste trabalho nosso objetivo central não foi analisar as construções ideológicas presente no discurso, nas narrativas da educadora. Mas, nossa proposta de trabalho requereu um esforço de análise e de compreensão discursiva das narrativas de Clemilde Pereira. Nossa proposta foi além de simples exposição das narrativas de Clemilde Pereira ou de sua análise textual.

Sendo assim, buscamos suporte nos ensinamentos de Orlandi (2001) que apresenta uma consistente fundamentação para análise de discurso. Para a autora, “O discurso é palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2001, p.45). O sujeito, na análise do discurso, é considerado um ser “linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia [...]” (ORLANDI, 2001, p.91).

Segundo a autora, ao se analisar um discurso não se deve procurar um sentido verdadeiro, pois não existe verdade oculta no texto. O que existe são gestos de interpretações que constituem o texto e quem o analisa deve ser capaz de compreender. Uma análise mobiliza diversos conceitos que podem resultar em diferentes resultados de análises. (ORLANDI, 2001).

De fato, numa análise de entrevistas o pesquisador ao proceder no trabalho analítico realiza inferências, se utiliza de conhecimentos e conceitos para exame do que lhe foi narrado. Não por acaso, uma mesma narrativa quando analisada por pesquisadores diferentes poderá apresentar diferentes resultados.

Nesta seção primária apresentamos um breve esboço do suporte teórico-metodológico deste estudo, estes são discorridos amplamente nos subcapítulos desta seção.

A dissertação está esquematizada em 03 (três) capítulos de modo a atender os objetivos do estudo. No primeiro capítulo, foram descritos os caminhos trilhados na construção do nosso objeto de estudo e apresentado o aporte teórico-metodológico da pesquisa; ou seja, discorreremos sobre a Nova História Cultural como um campo propício às novas possibilidades de pesquisa, dentre elas, a história de vida de mulheres. Afirmamos também, a História Oral como metodologia de pesquisa no campo da Nova História Cultural, a oralidade como terreno fértil de investigação e a memória como fonte do passado no presente. Relatamos, também, o percurso metodológico da investigação da pesquisa.

O segundo capítulo foi dedicado ao perfil biográfico de Clemilde Pereira, sua origem familiar, o início da elaboração dos saberes, os primeiros passos da atuação como arquivista. É um capítulo que expõe as reminiscências da educadora, as histórias colhidas a partir das entrevistas temáticas.

O terceiro capítulo descreve o engajamento da educadora como arquivista nos espaços em que atuou e a consolidação da trajetória profissional nas instituições-memória da Paraíba. Trata, principalmente, sobre a construção do Arquivo Afonso Pereira da Silva e, neste percurso, de sua contribuição como escritora.

1.1 Nova história cultural: campo fecundo às novas possibilidades de pesquisa

Conforme dito anteriormente, por se tratar de um estudo sobre mulheres, especificamente sobre as contribuições de uma educadora nos espaços em que atuou profissionalmente, este estudo ancora-se teoricamente na Nova História Cultural. Não tivemos a pretensão de trazer neste trabalho uma arqueologia da História Cultural/ Nova História Cultural, doravante referida como NHC, nem descobrir os fios sinuosos desde sua gênese até a contemporaneidade. O que buscamos foi apenas apresentar sua trama, de modo geral, para que se possa vislumbrar a sustentação teórica do presente estudo, bem como, para que possamos legitimar academicamente as investigações pelas quais enveredamos. Nesta intenção, utilizaremos algumas obras fundamentais. (CHARTIER, 1994; 2002; PESAVENTO, 2003; BURKE, 2005;2011).

Sobre a História Cultural, Chartier (2002) esclarece que nos anos de 1960 e 1970, mediante as novas exigências teóricas, lançavam-se novos desafios à história cultural, e seus objetos são postos em causas.

Daí a emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentescos e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. (CHARTIER, 2002, p.14).

Chartier (1994) ao discorrer sobre as dúvidas, os desafios e as propostas para a história, argumenta que na intenção de restaurar o papel dos indivíduos na constituição dos laços sociais, os historiadores desviam o olhar para as redes, para as situações vividas e para as estratégias singulares. Para o autor:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos. [...] O olhar se desviou das regras impostas para suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação. (CHARTIER, 1994, p.98).

Por apresentar uma metodologia que possibilita a entrada de novos objetos de investigação, ou seja, novos indivíduos para análise historiográfica, dentre eles, as mulheres, e por ampliar os tipos de fontes utilizadas, como as orais; a NHC, enquanto um terreno fértil aos historiadores torna-se o aporte teórico-metodológico propício a este estudo. Acreditamos que, por abrir horizontes para a ênfase das contribuições das mulheres à cultura, a NHC possibilita o estudo de suas práticas culturais e de suas contribuições à história da educação.

No entendimento de Pesavento (2003), nos anos 1990, ocorreu uma virada nos domínios da história, mas seu início foi nos anos de 1960 e 1970, pois a partir mudança na dinâmica social da época, a exemplo do surgimento de novos grupos possuidores de novas questões e interesses, insinua-se a crise dos paradigmas explicativos da realidade, o que ocasionou rupturas epistemológicas profundas, colocando em questão os marcos conceituais dominantes da história e, conseqüentemente, a crítica a duas posições interpretativas da história, o marxismo e a corrente dos Annales.

Dentro dessas duas vertentes, veio o impulso renovador por parte dos historiadores que resultou na corrente historiográfica conhecida como *História Cultural* ou *Nova História Cultural*. Ou seja, a NHC é herdeira da corrente dos Annales. De acordo com Pesavento (2003), com essa inovação no campo da historiografia, abre-se uma nova possibilidade de a história trabalhar a cultura traduzindo o mundo pelo viés cultural. Isso porque, para ela, a cultura é compreendida como:

[...] uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2003, p.15).

Sendo assim, traduzir o mundo, através da cultura, implica trabalhar no intuito de ressignificar sentidos conferidos ao mundo, manifestados também em práticas dos mais diversos atores sociais. Entendemos que práticas culturais não devem ser pensadas de forma limitada; seu limite não deve se restringir apenas a níveis de instâncias oficiais de produção cultural, como as várias instituições, as realizações e as técnicas, por exemplo, a escrita de um livro, uma obra de arte ou a prática educativa. Práticas culturais são também o modo como os homens, incluindo os homens comuns, tecem suas relações sociais em determinada sociedade. Elas evidenciam como eles se comunicam verbalizando ou silenciando, como convivem, como agem com os outros, solidarizando ou hostilizando os seus pares.

Burke (2005) concorda que em relação aos desafios apresentados aos historiadores culturais no século XX, estes “reagiram, de maneira consciente ou inconscientemente às mudanças no mundo como um todo, inclusive à perda de fé no progresso e ascensão do anticolonialismo e do feminismo”. (BURKE, 2005, p.60). O autor também sugere que “o encontro entre historiadores e antropólogos inspirou algumas das inovações mais significativas da história cultural nas décadas de 1970 e 1980”. (BURKE, 2005, p.68).

Nas supracitadas décadas, a história cultural virou-se em direção à antropologia no intuito de vincular cultura e sociedade. Nessa empreitada, ela toma como referencial o conceito de cultura dos antropólogos. O conceito dos antropólogos estabelece a visão de que cultura inclui, além da alta cultura, a cultura cotidiana, os costumes, os valores e os modos de vida. Burke (2005) concebe essa

visão como a mais inspiradora dos historiadores culturais da última geração. Por isso, toma como conceito, a definição de Geertz a qual preconiza que cultura é:

Um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida. (GEERTZ, 1973 apud BURKE, 2005, p.52).

A partir dessa definição podemos concordar que é possível ao historiador ler, estudar, interpretar e narrar sobre as práticas culturais dos sujeitos sociais. Ou seja, é possível analisar como os sujeitos, no seu cotidiano, adquirem e compartilham conhecimentos. A apropriação do conceito de cultura do viés antropológico permite ao historiador identificar o modo como uma dada realidade social é erigida e, assim, traduzir o mundo a partir da cultura.

A NHC, como portadora de dois aspectos característicos centrais, as práticas e as representações, permite ao historiador cultural abrir novos horizontes direcionados à ênfase nas práticas culturais das mulheres. Aqui lembramos Burke (2005) que ao tratar sobre a virada dos historiadores em direção a tal abordagem, assevera que, neste viés, as práticas cotidianas dos indivíduos comuns são desveladas.

Pesavento (2003) ao discorrer sobre os aspectos que mais tem dado visibilidade à História Cultural, também justifica nossa escolha pelo respaldo teórico da NHC. De acordo com autora, os aspectos são: “a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes”. (PESAVENTO, 2003, p. 69). Portanto, podemos sustentar que a abordagem da NHC permitiu renovar as pesquisas no campo historiográfico, a partir da disponibilidade abundante de novas fontes e de novos sujeitos envolvidos.

1.2 História oral como metodologia

Diante dessa multiplicidade de universo temático e objetos, dos novos métodos e da variedade de fontes que a NHC se fez aflorar. Nesse particular, a

História Oral apresenta-se como uma das metodologias adequadas para a realização dos novos domínios de investigação, para o tratamento dos objetos estudados após a virada no campo da história.

Sendo assim, a História Oral se configura a melhor opção metodológica para responder as questões postas por esta pesquisa, sobretudo, por nossa opção pelo trabalho com fontes orais primárias, a saber, as narrativas as quais foram frutos das entrevistas temáticas. Também se justifica pelo intuito de dar visibilidade a um sujeito, cujo lugar foi sempre de coadjuvante perante a historiografia oficial. Por isso, acreditamos que através da História Oral o intento de desvelar as contribuições da professora Clemilde Pereira às instituições-memória da Paraíba possa ser alcançado.

Diante da premente necessidade de novas formas de ver e refletir acerca da vida social e sobre os indivíduos no mundo hodierno, a História Oral nas palavras de Meihy, (2010, p.9) “[...] se apresenta como solução moderna disposta a influir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidades humanas”.

Desde o seu surgimento, em meados do século XX, precisamente nos anos 70, a História Oral tem sido postulada como disciplina, fonte, técnica e metodologia. Neste trabalho, respaldados em Thompson (1992), Meihy (2010) e Alberti (2004;2005;2011), assumimos o estatuto da História Oral como metodologia por sua especificidade em estabelecer e ordenar os instrumentos de trabalhos que possibilitam ao pesquisador como nos diz Alberti (2011), interpretar o passado por ter acesso, através dessa metodologia, às histórias contidas na história.

A autora define História Oral como sendo

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2005, p. 18).

A partir da supracitada definição é possível inferir que a fecundidade da História Oral está nos depoimentos dos indivíduos participantes de épocas

passadas, que graças à ação da memória, são sujeitos capazes de permitir ao pesquisador melhor compreensão dos acontecimentos e conjunturas dos quais se debruça e estuda, registrando a experiência de grupos ou indivíduos. “Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. (ALBERTI, 2011, p.165).

Igualmente Meihy (2010) reafirma o potencial da História Oral em expandir o conhecimento acerca do passado visto que esta filtra as experiências do passado por meio dos narradores do presente. Ao mesmo tempo, faz surgir meios de diálogos com outras versões da história e com outros documentos.

A fonte da História Oral é o relato oral, colhido através das entrevistas. A entrevista de História Oral deve ser considerada pelo pesquisador mediante o fascínio do vivido pelo entrevistado, conforme nos diz Alberti, há na entrevista:

[...] uma vivacidade, um tom especial, característicos de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo com um valor que nos é caro; aquele que faz de um homem um indivíduo único, e singular e estruturas que de outro modo nossa história, um sujeito que efetivamente viveu- e por isso dá vida a- as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais; emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2004, p.14).

Logo, o pesquisador que trabalha com História Oral corre o risco de ser enlevado pelo fascínio do vivido narrado pelo entrevistado. De fato, a sedução é real, pois ao ouvir o relato de um entrevistado de uma época ou período do qual participamos ou temos conhecimento por meio de leituras, sentimo-nos como se estivéssemos também revivendo o passado e reconstituindo um filme. Obviamente que este enlevo não deve ter a conotação de paixão pelo ouvido, de modo a comprometer a análise das narrativas.

Sobre este assunto relembramos Thompson que ao discorrer sobre a evidência oral, noutras palavras, as entrevistas, nos diz que estas transformam, “ os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1992, p.137). Destarte, o envolvimento pelo qual enveredamos ao ouvir as narrativas.

Outrossim, este aspecto referenda a característica da História Oral como uma das fecundas metodologias das pesquisas historiográficas no novo olhar da história cultural.

A entrevista é o principal procedimento para a consecução da História Oral que propicia a concretude do texto. Ou seja, é a partir da entrevista que a História Oral começa a ser concretizada partindo da etapa da coleta das narrativas à transcrição e formação de um corpo documental a ser utilizado posteriormente pelo do historiador. Os autores que tratam da História Oral como metodologia, sobretudo aqueles que escrevem os manuais, a exemplo de Alberti e Meihy, dispensam atenção específica sobre os tipos de entrevistas; elaboração dos roteiros; transcrição; interpretação e análise das entrevistas.

Alberti (2004) adverte que o trabalho com entrevistas requer um manejo específico de interpretação, “ele requer uma preparação criteriosa que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos. (ALBERTI, 2004, p. 19).

Em *Histórias dentro da história*, a autora salienta que o pesquisador que lance mão da metodologia História Oral deve ter a concepção de que a entrevista de História Oral pode ser entendida também como um documento de teor (auto) biográfico. Para ela, “seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo, e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência”. (ALBERTI, 2011, p. 175).

No sentido por nós abordado, compreendemos na História Oral a importância da construção biográfica do sujeito pesquisado na explicação histórica, “[...] rastreando os seus caminhos e descaminhos, articulando suas experiências e aspirações, para descortinar um passado de atuação numa dada sociedade”. (MACHADO, 2010, p.23). Ainda sobre essa questão, nos indica o autor:

[...] ao adotar e reabilitar a perspectiva biográfica propõe-se um imbricamento da sociedade e do indivíduo, ou seja, recuperando o indivíduo como sujeito da história e da experiência na configuração das relações sociais, contrapondo-se a uma narrativa histórica tradicional da educação, para quem as ações humanas nada mais eram do que sub-produtos das forças produtivas e culturais, por conseguinte, negava a possibilidade de interpretar a dimensão dos conhecimentos, das crenças e das atitudes que se expressam em representações e práticas culturais, que individual que coletivamente. (MACHADO, 2010.p.24).

Portanto, na perspectiva aqui adotada, a biografia construída a partir da memória e da oralidade nos possibilita entrelaçar a particularidade de Cleilde Pereira, no tempo e espaço recolocando as questões em torno do seu papel como sujeito histórico.

1.3 Oralidade e memória

Conforme mencionado anteriormente, no campo da historiografia a oralidade é terreno abundante à investigação. Por meio do relato oral, fonte da História Oral, no ato de verbalizar o vivido, de transformá-lo em linguagem oral é que o indivíduo põe em ação a memória.

Existe uma vasta discussão sobre memória por abordagens de várias áreas de conhecimento como a psicologia, a biologia, a psiquiatria, dentre outras. Para a história interessa, sobretudo, a abordagem da memória como fenômeno social. Ou seja, almeja-se a análise da memória como esfera produtora de sentidos e de representações. Nessa perspectiva, a memória representa um espaço singular onde o individual e o social, o passado e o presente se entrecruzam assumindo significados particulares. Como bem disse Le Goff (2013, p. 437), "A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro".

Ao escrever sobre memória, Le Goff a define como sendo um:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado, que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documentos/monumento, faz apreensão da memória, depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade). (LE GOFF, 2013, p. 387).

Jacques Le Goff (2013) traz a abordagem histórica da memória como fonte do passado no presente. Para o historiador, o ato mnemônico seria a capacidade do ser humano enquanto indivíduo de organizar suas experiências de vida. Sendo

assim, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”. (LE GOFF 2013, p. 435). Essa afirmativa do autor fundamenta que não é possível buscar a memória em sua originalidade. Por isso, rememorar é sempre um ato humano de ressignificar o passado, a partir das manifestações e das condições de uma conjuntura do tempo presente.

Pollak (1992), ao tratar sobre a ligação entre memória e identidade social, sobretudo, sobre histórias de vidas na perspectiva da História Oral, esclarece a memória, seja ela individual ou coletiva, é constituída pelos acontecimentos vividos pessoalmente, pelos acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade; a memória também é constituída por pessoas, por personagens e por lugares.

Os acontecimentos vividos pessoalmente são aqueles próprios e constitutivos da vida cotidiana. Neles estão inseridas as emoções, as frustrações e as realizações do sujeito. Concerne àquilo que é do âmbito das vivências unicamente individuais, mesmo que se esteja inserido numa coletividade. Trata-se daquilo que cada ser humano vive na sua particularidade.

Há também, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade. É o caso daquelas vivências realizadas, muitas vezes, na companhia dos pares. Mesmo quando não se está diretamente nelas participando, estas tomam conta do imaginário, ficando praticamente impossível distinguir se realmente delas se participou ou não. Os acontecimentos vividos por tabela, também chamados assim por Pollak (1992), aglutinam todos os fatos que não foram vivenciados por uma pessoa ou por um grupo, mas que por meio da socialização política ou histórica, acabam por se identificar com o passado. Esse fenômeno é tão marcante que o autor chega a falar de uma memória quase que herdada.

Isso também pode ser aplicado quando se trata de personagens. Pessoas que, por tabela, acabam se tornando marcantes na memória tanto individual quanto coletiva. Como exemplo, podemos citar o educador Paulo Freire que ainda hoje é tido como um referencial na educação. Outro elemento constitutivo da memória, citado por Pollak, diz respeito aos lugares. Os lugares podem estar presentes na memória por meio de uma lembrança individual. Isso quer dizer que, fazem parte de uma lembrança individual por terem feito parte de uma vivência pessoal; mas também podem advir de uma experiência narrada, da qual o indivíduo toma conhecimento por meio de outros instrumentos.

Bosi (1994) apresenta algumas das ideias fundamentais sobre memória. Para tanto, ela toma como base os estudos de Maurice Halbwachs, quando este afirma ser a memória resultante de um fenômeno social. Ou seja, produto de uma interação construída entre a pessoa e um determinado grupo. Halbwachs reconhece que, em se tratando de memória, o social prevalece sobre o individual, pois: “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão: enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. (BOSI, 1994, p. 54).

No processo de socialização da memória, é de fundamental importância a utilização da linguagem, uma vez que é esta quem possibilita a sua manifestação. A linguagem permite ao indivíduo socializar, entre seus pares, as histórias vividas, as emoções sentidas, e as experiências construídas na existência humana em sociedade. “Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual”. (BOSI, 1994, p. 56). Sendo assim, a linguagem, no nosso caso, a linguagem oral, tem a faculdade de desvelar a imagem do sonho, as lembranças do vivido e as vivências do cotidiano do indivíduo participante do estudo.

Ainda sobre a oralidade e a memória, lembramos novamente Pollak quando assegura que:

[...] uma história de vida colhida por meio de entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função de um contexto no qual é relatada. [...] ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK, 1989, p.13).

Nesse caso, podemos depreender que uma história de vida é uma história social individual. E, ao colhermos essa história por meio do relato oral, ela poderá apresentar-se por meio de ditos, de não ditos, de silêncios, conforme a intencionalidade e o nexos desencadeado pela memória daquele que narra. Neste processo de ordenamento da narrativa oral, o indivíduo que conta sua história ao rememorar, reconstrói a si mesmo dando significações e ressignificações às suas vivências com os outros. De fato, é comum no trabalho com História Oral, o

historiador deparar-se com participantes de pesquisa que, por motivos diversos, preferem não narrar determinados acontecimentos de suas vidas. De certa forma, isto representa uma forma de reconstrução de si mesmo. De acordo com Thompson (1992), a fonte oral, como toda fonte histórica proveniente da percepção humana é subjetiva. O que a diferencia das outras fontes é a possibilidade latente que ela apresenta para o historiador adentrar na subjetividade. Tomando como reflexão as implicações da psicanálise para a compreensão dos historiadores acerca da memória oral, o autor nos incita a tomar como lição, “[...] a necessidade de maior sensibilidade histórica ao poder da emoção, do desejo, rejeição e imitação inconscientes, como parte integrante da estrutura da vida social comum e de sua transmissão de uma geração a outra”. (THOMPSON, 1992, p.202). Também, se faz necessário, praticar uma escuta mais arguciosa em relação às sutilezas da memória e da narrativa.

Nesse ínterim, graças à fonte oral, dito de outro modo: através da oralidade materializada nas narrativas da entrevista de história oral, o pesquisador poderá descortinar a subjetividade do indivíduo contida na memória. Neste perscrutar, ele deverá estar atento as especificidades do processo da memória do indivíduo que, através do relato, revela o percurso do vivido.

De fato, Thompson (1992) nos diz que o processo de memória depende tanto da capacidade de compreensão do indivíduo como também do seu interesse pelo assunto a ser rememorado. Sendo assim, a precisão de uma memória, deve-se ao interesse do entrevistado. O que leva a considerar que a fidedignidade do relato depende, em parte, do interesse que o participante tem no determinado assunto do qual ele está rememorando. Por outro lado, a lembrança do entrevistado sobre determinado fato ou assunto, poderá ser tolhida pela fuga consciente ou mesmo inconscientemente a fatos desagradáveis. Ainda se tratando sobre lembrança, há de se considerar que ela é sujeita ao esquecimento e este poderá ser natural ou proposital, pois aquele que esquece, poderá não se lembrar naturalmente ou não querer lembrar por motivos subjetivos.

No intuito de esclarecer sobre a memória dos adultos, Thompson (1992) salienta que estudos têm revelado que a memória começa lentamente a se declinar a partir dos 30 anos. Mas, só uma doença terminal ou a decrepitude poderia ser considerada comprometedora em relação às lembranças. O autor acrescenta ainda, que no processo de declínio da memória dos adultos, a primeira fase atingida é a

memória recente. Por isso, colher a oralidade de pessoas idosas não gera questões metodológicas específicas, além das gerais que fazem parte de qualquer entrevista.

Diante dessas considerações feitas pelo referido autor, podemos considerar que não há que se pôr em dúvida a capacidade da memória de um entrevistado em virtude da idade, quer seja jovem, adulto ou idoso, desde que este esteja gozando de boa saúde. No caso de nossa entrevistada, Clemilde Pereira, aos 91 anos, comprova o que diz a teoria, pois em seus relatos percebe-se o alvor de sua memória ao narrar suas experiências sobre o passado vivenciado.

Bosi (1994), referência para os estudos com idosos e memória, na obra *Memória e sociedade: Lembrança dos velhos*, esclarece que na memória das pessoas idosas é possível observar uma história social bastante florescente. De acordo com ela, essas pessoas:

[...] já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade. (BOSI, 1994, p.60).

Bosi (1994) ainda enfatiza que a pessoa idosa ao evocar o passado “[...] está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma de sua vida”. (BOSI, 1994, p. 60). Outra riqueza em colher histórias de idosos reside em que eles são a própria memória de um povo uma vez que “[...] neste momento de velhice social do homem maduro, resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”. (BOSI, 1994, p. 63). Nesta função, que também é de reconstrução da memória, pesa-lhe a responsabilidade social de “[...] lembrar, e lembrar bem”. (BOSI, 1994, p. 63).

Sendo assim, deve-se considerar e valorizar na entrevista oral com pessoas idosas, a gama de experiência que elas possuem, pois são portadoras de um legado e suas narrativas desvelam um mundo de histórias, de experiências vividas, lembradas e ressignificadas. Essas pessoas são testemunhas vivas de um passado, a ser estudado, escrito ou reescrito pelo historiador sob o olhar da NHC, essa nova forma de fazer historiografia.

1.4 O percurso metodológico da pesquisa

Na intenção de compreender a participação de Clemilde Pereira nas instituições-memória da Paraíba e escrever sobre suas possíveis contribuições nesses espaços, desvelando suas histórias através de suas reminiscências, expostas pelo relato oral, foi que investimos na realização da pesquisa. Para isto, foi necessário lançar mão de ferramentas que nos possibilitassem tal propositura.

Conforme explicitado no início deste capítulo, a metodologia adotada nesta pesquisa é a História Oral por representar uma possibilidade de produção de fontes documentais. Ou seja, a história oral viabiliza a produção do corpo documental por meio do qual o pesquisador realiza a escrita historiográfica.

Considerando que a História Oral apresenta em suas modalidades dois tipos de entrevistas: entrevista temática e entrevista de história de vida, em função dos objetivos de nossa pesquisa, optamos pela entrevista temática. Conforme esclarece Alberti (2011), as entrevistas temáticas tratam sobre a trajetória de vida do sujeito em determinado período e função exercida. De fato, nossa investigação delimita-se na trajetória profissional da colaboradora, especificamente no recorte temporal de 1942 a 2013, período que compreende sua formação e atuação profissional no âmbito das instituições-memória.

Imbuídos dessas decisões em relação à consecução da pesquisa, inicialmente construímos o *corpus* documental da dissertação. Esta construção envolveu as fontes orais e escritas. Embora nossa principal fonte seja a oral, não nos furtamos do diálogo, do cotejamento com as fontes documentais. Conforme, recomenda Alberti, no trabalho com História Oral, antes de realizarmos as entrevistas, e se “[...] caso o entrevistado disponha de currículo e de outros documentos úteis para a elaboração do roteiro individual, pode-se solicitar que o ceda para auxiliar na preparação da entrevista”. (ALBERTI, 2011, p.176).

Meihy (2010) ao discorrer sobre a História Oral como produtora de documento, afirma que ela, a partir dos narradores no presente, filtra experiências do passado, “[...] além de propor alternativas de diálogos com outras versões historiográficas e documentais” (MEIHY, 2010, p. 28). Ainda sobre a utilização de

outras fontes em História Oral, no caso, as escritas e imagéticas, Thompson (1992) recomenda que o historiador poderá buscar confirmação do relato oral nelas.

Portanto, no intuito de levantar dados, lançamos mão das fontes escritas contidas no AAP sobre Clemilde Pereira, tais como os seguintes documentos: diplomas, certificados, portarias de nomeações, boletins escolares e currículo. De modo que levantamos a maior quantidade possível de informações que compusessem o arcabouço capaz de orientar na preparação para a coleta das fontes orais.

Ao fazermos o levantamento no acervo do AAP, foram disponibilizadas e consultadas fontes escritas e imagéticas sobre a trajetória profissional de Clemilde Pereira e sua participação nas instituições-memórias da Paraíba, sendo elas: boletins anuais do curso normal, anos de 1940, 1941 e 1942; atestado de conduta para obtenção do diploma do curso normal; diploma de professora; textos manuscritos do discurso de oradora da colação de grau do curso de magistério; textos manuscritos dos discursos de lançamento de livros; certificado de curso de datilografia; portarias de nomeações para cargos públicos; atas das reuniões da Fundação Padre Ibiapina (FPI); relatórios da FPI; relatórios da Santa Casa de Misericórdia; fotografias e livros publicados.

Quanto às fontes orais, estas foram coletadas no decurso de realização das entrevistas. Foram realizadas 05 (cinco) entrevistas temáticas de História Oral com Clemilde Pereira, a participante principal, e 03 (três) com os dois participantes secundários, Aparecida Ferreira e Daniel Almeida funcionários do Arquivo. Para a coleta das fontes orais, elaboramos e utilizamos três instrumentos: roteiro de entrevista, ficha de entrevista e caderno de campo.

A inserção dos entrevistados secundários ocorreu pelo fato de eles conviverem com o sujeito de nossa pesquisa durante grande período de sua trajetória profissional. Essencial para o recorte temporal de nosso estudo (1942-2013). A priorização desses entrevistados justifica-se pela possibilidade de eles revelarem pistas sobre o tipo e a natureza do trabalho de Clemilde Pereira nos espaços em que atuou, colaborando para nossa compreensão deste.

Portanto, a escolha desses colaboradores seguiu o critério de proximidade com o sujeito da pesquisa. Uma delas é a senhora Maria Aparecida que trabalha com Clemilde Pereira há vinte e três anos, período anterior à fundação do AAP. Esta também é portadora de memórias importantes relacionadas às histórias e memórias

de Clemilde Pereira e sua trajetória profissional, uma vez que é testemunha de acontecimentos que compõem a memória do sujeito do estudo. Ademais, colher o relato dos entrevistados secundários, contribuiu para conferirmos com os relatos do sujeito principal no momento da análise das entrevistas, bem como ampliou as informações perdidas pelo esquecimento ou abstraídas intencionalmente.

Antes de imbricarmos na pesquisa, já tínhamos contato com os referidos entrevistados pela questão profissional, conforme explicitada no início deste capítulo, Clemilde Pereira por meio do AAP desenvolveu um trabalho de colaboração na criação da biblioteca da escola em que atuou como professora. Esse aspecto facilitou a aceitação dos mesmos em participarem da pesquisa, sobretudo, pelo reconhecimento deles da necessidade de se contar a história de Clemilde Pereira, conforme relatado por Daniel Alves durante uma das entrevistas.

No contato inicial com os colaboradores, enquanto sujeitos envolvidos na pesquisa, explicamos os objetivos do estudo, a metodologia a ser aplicada e esclarecemos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE). As entrevistas realizadas foram gravadas em áudio através de um gravador de voz digital (Sony ICD-PX 240 4GB). Por medida de segurança também arquivamos os áudios no computador e em CD para que possam ser acessíveis a um público mais amplo.

As narrativas foram colhidas no AAP, em horários previamente agendados. A duração da sessão das entrevistas dependeu da temática, e das circunstâncias específicas do momento. Por exemplo: a entrevista que evocou as reminiscências de Clemilde Pereira a partir da infância foi uma das mais longas, durando cerca de 1h04min. Já uma das sessões em que tratamos sobre a FPI teve duração de 12min. Isto se deu em função da indisponibilidade física de Clemilde Pereira que havia retornado ao trabalho há três dias, depois de uma pequena cirúrgica.

O ambiente das entrevistas foi muito propositivo à evocação da memória em função de todo o acervo histórico que contém. Conforme sugere Alberti, na realização das entrevistas, “fotografias, recorte de jornal, documentos e menção de lembranças a fatos específicos podem ser úteis para reavivar a lembrança sobre acontecimentos passados”. (ALBERTI, 2011, p.179). De certo, nas sessões de gravações, por diversas vezes, Clemilde Pereira levantou-se, caminhou pelo recinto para mostrar comprovação documental de suas narrativas quanto à sua atuação na FPI e nos demais espaços em que atuou. Nesta seara de coleta das narrativas,

destacamos a recorrente expressão emotiva de Clemilde Pereira durante as entrevistas e seu interesse em colaborar com nosso trabalho. Sempre que agendávamos uma entrevista éramos recebidos pela educadora com um sorriso e a pergunta de como estava indo nosso trabalho. Assim, antes de iniciarmos cada sessão reservávamos um tempo para falar sobre nosso trabalho, inclusive compartilhar as transcrições para que fossem revisitadas pelos colaboradores. Era um momento de agradabilidade entre pesquisadora e entrevistados, decorrente da boa relação estabelecida.

O processo de passagem das entrevistas para forma escrita, ou seja, de transcrição, deu-se primeiro na forma de transcrição absoluta, em seguida em forma de textualização. Da passagem do estado bruto da oralidade para a textualização, procuramos preservar os traços de textualidade oral, visto que estes, talvez em decorrência da escolaridade dos entrevistados, não comprometeram a coesão e coerência textual.

Conforme nos ensinam os manuais de instrução de História Oral e mediante as exigências ética da pesquisa científica, neste processo de gravação e transcrição, mantivemos a fidedignidade das ideias desveladas nas narrativas. No processo de análise das entrevistas e construção textual da dissertação, os relatos foram ordenados mediante a sequência temática proposta na pesquisa. Outrossim, na análise das referidas fontes, buscamos amparo na teoria da história, pois conforme defende Ferreira (2013), “[...] a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] as soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história”. (FERREIRA, 2013, p. 15).

2 QUEM É CLEMILDE TORRES PEREIRA DA SILVA? UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Identidade

Preciso ser um outro
 para ser eu mesmo
 Sou grão de rocha
 Sou o vento que a desgasta
 Sou pólen sem insecto
 Sou areia sustentando
 o sexo das árvores
 Existo onde me desconheço
 aguardando pelo meu passado
 ansiando a esperança do futuro
 No mundo que combato morro
 no mundo por que luto nasço
 (COUTO, 1999, p.13).

Tomemos como ponto de partida o poema *Identidade* de Mia Couto para fazermos alusão a identidade, ao movimento de estar no mundo, de permanência e mudança, de constituição do homem. *Preciso ser um outro/ para ser eu mesmo*, o poema parece sugerir que o ser é, na interação com outro, nas relações de sociabilidade. *Existo onde me desconheço/ aguardando pelo meu passado/ ansiando a esperança do futuro*. Aqui os versos sugerem que a construção da identidade se dá através do diálogo com o passado, envolvendo aspectos temporais, históricos e culturais. Mas, quem é o homem cuja identidade se constrói na interação com o outro, com o passado, a partir do presente?

Aranha (1996), ao discorrer sobre o homem a partir da visão antropológica, esclarece que a concepção histórico-social o concebe como um processo, pois considera que nada é estático. Nessa concepção, o homem “se faz permeado pelas relações humanas e por isso se expressa de forma diferente ao longo da história”. (ARANHA 1996, p.115). Nesse enfoque, podemos considerar então que ele é um ser social e, em todas as suas faces, durante sua existência perfila uma caminhada que lhe confere identidade enquanto pessoa, seja na esfera da vida pública ou privada, os caminhos que o homem percorre, seu modo de estar no mundo compõe a sua história, do mesmo modo que o torna sujeito por meio das relações sociais.

Em nosso trabalho, olhar o ser humano - por meio dessa visão antropológica - aqui representado pela mulher mediante o imbricamento pela história de uma educadora, nos impeliu a perquirir como uma história de vida se constituiu e quais as trilhas percorridas pelo sujeito de nossa investigação. Este intento foi possível através do desvelamento das narrativas que nos ajudaram a construir as teias de uma história de Clemilde Pereira.

Noutras palavras, para compreendermos a participação desta educadora no âmbito das instituições-memórias da Paraíba, foi necessário compreender o seu percurso profissional, reconstituir a historicidade quanto à sua origem familiar e formação educacional. Isto se deu por meio da análise do conteúdo de entrevistas de História Oral. É importante enfatizar que, as entrevistas permitem a possibilidade da revelação de fatos e acontecimentos que, em regra, o informante presenciou ou conheceu, sem com isso, estabelecer rigorosos compromissos com a verdade dos fatos.

Alberti (2004) nos lembra que entrevistas são fontes históricas, portanto, são pistas, relatos para se conhecer o passado, mas o passado existiu independente das pistas e hoje, só pode existir graças a essas e outras pistas. Meihy (2010, p. 58) nos diz que “sendo a memória sempre dinâmica, e que muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado”.

Neste percurso, buscamos respaldo também nos ensinamentos de Thompson acerca do exame das evidências. De acordo com o autor, o historiador deve: “buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes, e estar alerta quanto ao viés potencial”. (THOMPSON,1992, p.139). Do mesmo modo, Alberti (2011, p.187) concorda que, “Na análise das entrevistas de história oral deve-se ter em mente também outras fontes: primárias e secundárias; orais, textuais, iconográficas, etc.- sobre o assunto estudado”. Essas supracitadas afirmativas justificam a utilização de fotografias neste trabalho. Entretanto, elas não se constituem objetos centrais de análise, utilizamo-las apenas como sugere Thompson, como confirmação das evidencias orais.

Partindo da indagação posta neste capítulo, a partir dos fios da memória de Clemilde Pereira trouxemos neste trabalho um pouco da história da educadora, arquivista e escritora. Foi possível contar sobre sua origem familiar, de como se deu a elaboração dos saberes e formação educacional e o início de sua atuação profissional.

2.1 A origem familiar

FIGURA 1 – Gustavo Torres
sentado ao lado esquerdo (s/d)



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

FIGURA 2- Clarinda da Câmara
Torres (s/d)



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

Originada de uma família abastada, Clemilde Torres Pereira da Silva nasceu em 27 de abril de 1924, em Araruna, cidade do brejo paraibano, filha de Gustavo Olavo Torres, funcionário público estadual e Clarinda da Câmara Torres, doméstica e costureira, cuja ocupação principal era cuidar da educação dos filhos, era ensiná-los. É mais velha dos sete filhos do segundo matrimônio do pai. Sua história de vida profissional e os caminhos que seguiu estão intrinsecamente ligados às relações tecidas no seio familiar e ao contexto social em que estava inserida. Acerca de sua história de origem, Clemilde Pereira relata:

Eu nasci em Araruna, uma cidade pequena fria do brejo, 27 de abril de vinte e quatro. Há dois dias atrás fiz 90 anos. [...] Olhe, meu pai era viúvo quando casou com minha mãe. Eu sou da segunda família, a mais velha. No primeiro casamento, ele teve cinco filhos e no segundo casamento que eu sou a mais velha, somos sete. [...] Meu pai era de Araruna de uma família de, que tinha sítios, fazenda. Mas ele era um homem que era dado a estudar. O pai dele era diretor do

correio, que naquele tempo era diferente, não era como o correio. E recebia revistas, e recebia [...] Então ele lia revistas, jornais, porque era o único local que recebia. Então ele se tornou um funcionário do Estado chamado de chefe de mesa de rendas. Nós andávamos a Paraíba toda porque ele cobrava impostos e pagava os vencimentos. Porque naquele tempo não haviam bancos. Então ele era chefe de mesa de renda, funcionário estadual que lidava com receber imposto e pagar funcionário. Minha mãe era doméstica, mas uma mulher costurava muito bem. Mas como teve no começo uma família grande, que ela casou, meu pai casou com ela, ela só tinha 18 anos. Então começou a trabalhar muito cedo em casa, costurando, essas coisas. Depois, quando a primeira família dele casou toda, ficamos somente nós, aí minha mãe se ocupava com a nossa educação. Ela tinha muito cuidado. Naquele tempo, a gente andava no interior da Paraíba, meu pai cobrando, pagando os funcionários e eu a mais velha ajudava os irmãos nos deveres e tudo, porque era ainda só grupo escolar, não havia ginásio ainda. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

2.2 O início da elaboração dos saberes e a formação educacional

Ainda na tenra infância, Clemilde Pereira iniciou a construção da relação com arquivos no lar, quando aos dez anos já auxiliava o pai no trabalho, preenchendo a mão os formulários de pagamentos dos funcionários. Ao narrar sobre quando começou a aprender a ler, rememora que começou a aprender a ler com a mãe e desde criança começou a trabalhar com arquivos:

Comecei aprender a ler muito cedo com minha mãe, ela queria que a gente aprendesse a ler muito cedo, mas o trabalho mesmo que eu fui fazer eu tinha dez anos de idade. Meu pai, como não havia naquela época máquina de datilografia, fazia tudo a mão, ele preenchia os formulários que chegavam daqui de João Pessoa para pagar os funcionários e a letra dele era muito ruim, era uma letra que nem ele entendia bem e eu sempre tive uma letra muito clara, então com dez anos eu chegava do grupo escolar, meu pai chegava com um papel e dizia: preencha. Aí eu preenchia. Era coisa fácil, nome do funcionário, quanto ele recebia, a data e isso, mas comecei com dez anos de idade. De modo que eu, nunca tive vocação doméstica, acompanhava meu pai no trabalho. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Em sua fala a educadora evidencia que foi criada num ambiente de cultura e aprendizagem. A narrativa revela também que a figura paterna se apresentou para ela como exemplo, pela capacidade de ensinar:

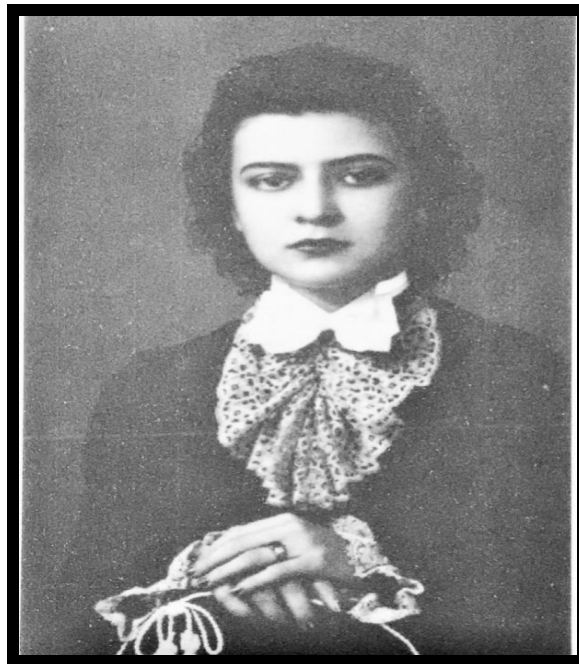
Ele foi o elemento de ensinar as cidades do interior que não tinham o conhecimento, meu pai tinha essa capacidade de ensinar, lembro bem que as roupas dos homens eram costuradas pelas mulheres, aí meu pai veio aqui em João Pessoa e levou um alfaiate para ensinar o corte às mulheres, de modo que eu sempre fui criada num ambiente de cultura em que se procurava aprender [...]. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Quanto à escolarização nos espaços formais, em função da profissão do pai, chefe de mesa de renda, a família morou em várias cidades da Paraíba, dentre elas, Campina Grande, Areia, Bananeiras, o que resultou numa trajetória educacional fragmentada, mas não impediu que Clemilde Pereira concluísse o curso de magistério. A educadora fez exame de admissão e Campina Grande, mas não chegou a estudar nessa cidade por ocasião da transferência do pai para Areia, cidade onde estudou alguns meses, finalmente concluiu o curso normal em 1942, aos 18 anos, na cidade de Bananeiras, no Colégio Sagrado Coração de Jesus³, dirigido pelas irmãs de Santa Dorotéa:

Fiz exame de admissão em Campina Grande, mas não cheguei a estudar lá, meu pai foi transferido para Areia, lá tem um colégio de mulheres muito bom, estudei uns meses em Areia, mas meu pai foi transferido para Bananeira, lá fiz o curso de professora. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

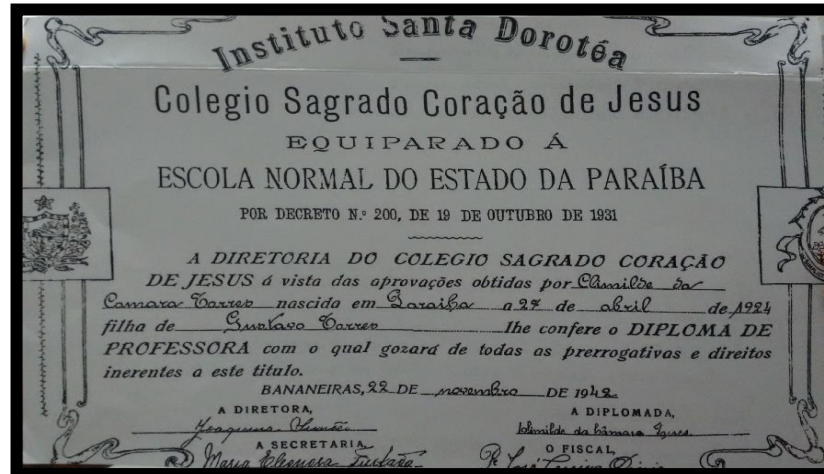
³Durante nossa pesquisa, não encontramos disponíveis pesquisas sobre a história da referida instituição escolar. Dado que poderá indicar demanda de estudos no campo da História da Educação.

FIGURA 3 - Solenidade de formatura da Escola Normal (1942)



Fonte: Arquivo de Clemilde Pereira.

FIGURA 4 - Diploma de professora de Clemilde Pereira (1942)



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

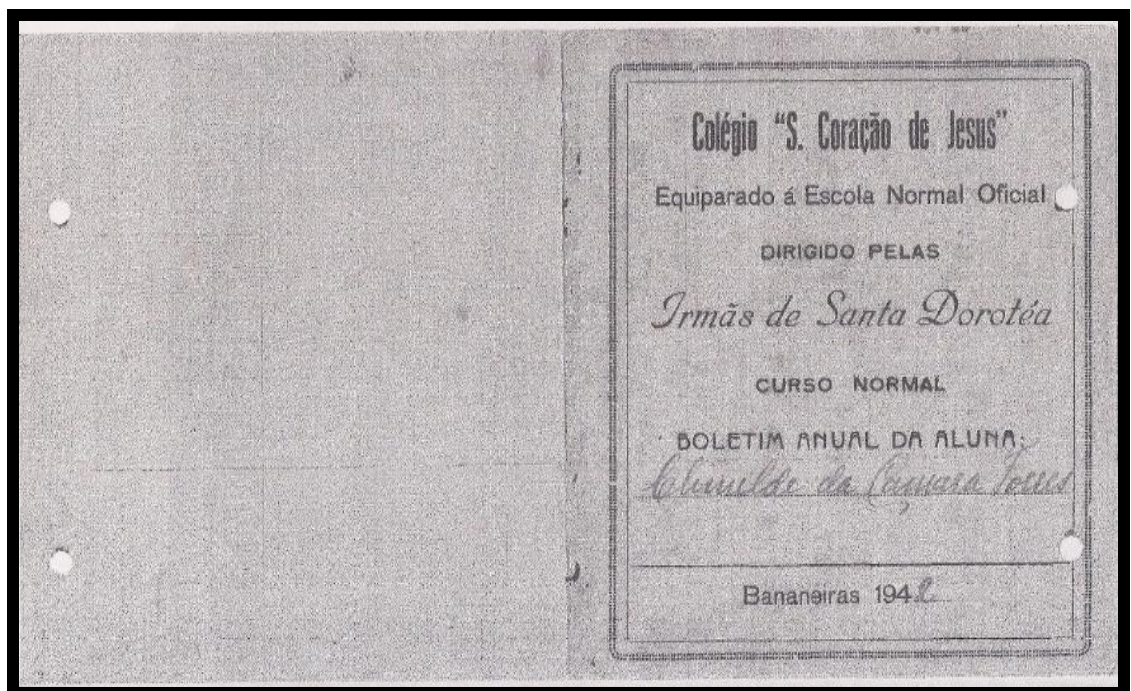
Quando indagada sobre a intenção em fazer o curso normal, esclareceu que “naquele tempo, mulheres, o único caminho que a gente tinha era ser professora. Não havia outra coisa”. E sobre o desejo de lecionar, relata: “[...] nunca tive propriamente a vontade de tomar conta de uma sala de aula [...]”. Ainda rememorando sobre sua época de formação escolar nos diz, “[...] Agora aqui para

nós, ir para cozinha, nunca soube cozinhar". (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Nos fragmentos de relato registrado acima, fica explícito que na sociedade na década de 1940 o magistério se apresentava como alternativa profissional para as mulheres. Acerca dessa questão, Louro (2012) esclarece que em meados do século XIX, face às necessidades de mestres e mestras com boa formação, começaram a ser criadas escolas normais, mas o magistério era preferencialmente ocupação masculina. Entretanto, em decorrência da industrialização e a saída dos homens para trabalhos mais rendosos, o magistério, sob a justificativa de ser ocupação que inspirava afetividade, paciência e doação, passa a ser legitimado às mulheres. Mesmo assim, a verdadeira vocação feminina, na concepção da sociedade, era ser mãe e esposa. Machado et al. (2009) esclarecem que o discurso ideológico conservador do início do século XX, atribuía à mulher o papel de dona de casa, concretizado no casamento e na maternidade.

Apesar de afirmar que não tinha a intenção de ser professora, no momento da entrevista, a educadora pegou em seus arquivos os boletins escolares do curso normal e os exibiu com orgulho as notas, dizendo: *"mas eu, eu só tirava notas boas, era a melhor da turma"*. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

FIGURA 5 - Frente do Boletim anual da aluna (1942)



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

FIGURA 6 - Verso do Boletim anual da aluna (1942)

MÊSES	Comportamento	Civilidade	Religião	Português	N. de Brasil	N. de Chilezoga	Frases e frases	Higiene	Passagem	Psicologia	Met. Diferença	Desenho	Música	Trab. manuais	Ginástica	Piano	Bordado	Costura	Arranjo doméstico	NOME DO PAI OU TUTOR
Março	100	100	100	95			95	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Abril	100	100	100	95			95	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Mai	100	100	100	95			95	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Junho			100	95			100	100	100	100	100	95	100	100	100	100				J. Pereira
Julho	100	100	100	95			100	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Agosto	100	100	100	100			100	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Setembro	100	100	100	95			100	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Outubro	100	100	100	95			100	100	100	100	95	100	100	100	100	100				J. Pereira
Novembro																				

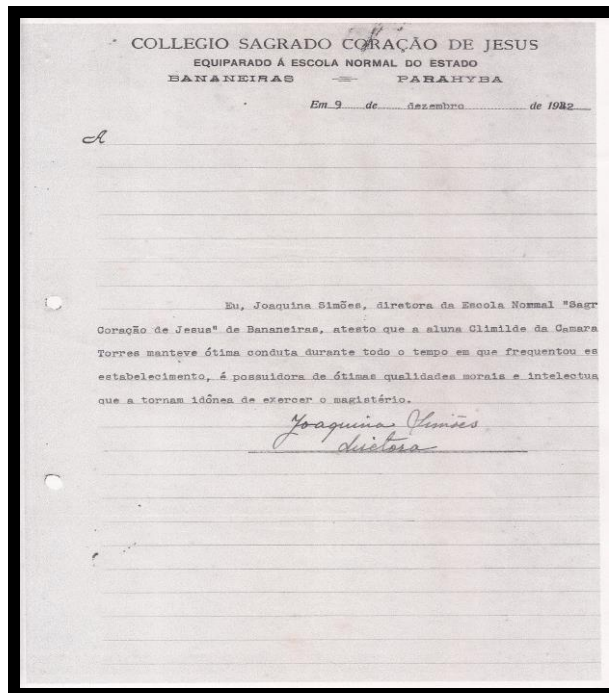
A DIRETORA
Luizguia Gomes

N. H. - As médias correspondem às seguintes notas: 100 e 95 ótima; 90, muito boa; de 85 a 65, boa; de 60 a 40, sofrível; de 30 a 10, má e 0 era considerada péssima.

Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

No boletim anual, tomando como exemplo este do ano de 1942, observa-se que o desempenho das alunas era avaliado em: comportamento, civilidade, religião, frequência, português, francês, aritmética, corografia do brasil, desenho, música, trabalhos manuais, ginástica, piano, violino, pintura, flores e arranjo doméstico. As médias eram caracterizadas da seguinte forma: 100 e 95, ótima; 90, muito boa; de 85 a 65, boa; de 60 a 40, sofrível; de 30 a 10, má e 0 era considerada péssima. Observa-se que as notas de Clemilde Pereira eram entre 90 e 100, comprovando seus relatos sobre seu desempenho escolar em relação às notas.

Quanto à organização, duração e o currículo do curso normal, no referido período, Romanelli (1986) esclarece que as diretrizes eram de incumbência dos Estados e que apenas em 1946 passaram a ter organização estabelecidas pelo Governo Federal, por ocasião da Lei Orgânica do Ensino Normal decretada em 1946. Durante nossa pesquisa, não tivemos acesso às diretrizes curriculares do curso normal no Estado da Paraíba no ano de 1942, dado que demanda pesquisas e estudos posteriores.

FIGURA 7 - Atestado de conduta de Clemilde Pereira expedido pela escola normal (1942)

Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

Além da aprovação por meio da quantificação do desempenho, também era expedido ao término do curso um atestado de conduta da aluna que conceituava as qualidades morais e intelectuais quanto à idoneidade de exercer o cargo de magistério. Conforme imagem acima, a diretora Joaquina Simões atestou que a aluna manteve ótima conduta durante todo o tempo que frequentou o estabelecimento e, ótimas qualidades morais que a tornaram idônea a exercer o magistério.

Todos esses documentos escolares aqui expostos foram apresentados pela educadora no momento de suas narrativas, como uma maneira de referendar sua fala acerca da competência durante o curso normal. E, mesmo falando da atuação como arquivista, retoma o assunto e afirma: *“Mas o curso que eu fiz em Bananeiras foi muito bom. Eu dava aulas muito boas, eu preparava documentos muito bons [...]”* (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Rememora que nos tempos em que trabalhou no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), como secretária, entre 1971 e 1974, ensinava aos professores como registrar aulas nos diários, tirar as médias e toda a parte de registros da atividade docente. Percebe-se então que sua primeira formação profissional como professora sempre esteve entrelaçada às suas práticas

profissionais. Pois, na atuação nos espaços escolares, mesmo não sendo em sala de aula, Clemilde Pereira nunca deixou de ser uma educadora.

No espaço de formação do magistério, teve contato com o instrumento que lhe abriria o caminho para sua trajetória como arquivista, uma máquina de datilografia da escola, que segundo Clemilde Pereira, por curiosidade, aprendeu sozinha a datilografar e passou a contribuir na preparação dos documentos escolares, conforme menciona a educadora ao rememorar o passado.

Estudei lá no colégio de Bananeiras, numa máquina de datilografia que uma professora recebeu de presente da família francesa. Ela recebeu de presente a primeira máquina de datilografia que eu vi, e junto com a máquina tinha ensinando como fazer. Eu sempre fui muito esperta, muito fácil de arrumar tudo, eu peguei o formulário e comecei a bater na máquina, ajudando o próprio colégio, preparando os papéis do colégio e ao mesmo tempo desenvolvendo a minha capacidade de datilografia. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Logo após o término do curso normal em 1942, a família veio para João Pessoa. De acordo com o relato da educadora, naquela época, nas cidades do interior só havia grupos escolares e para que os filhos tivessem acesso à escola secundária, os pais decidiram mudar para capital. Como bem retrata Saviani (2011), durante o predomínio da pedagogia nova, entre 1932 e 1946, a estrutura comum do ensino era organizada em ensino primário elementar, o ensino médio, verticalmente, em ginásial colegial e horizontalmente, em secundário e profissional. Havia, ainda, o ensino normal em interface com o secundário. O relato da educadora retrata essa época:

Quando minha mãe viu que os colégios não tinham para os filhos homens, ela tinha quatro filhos. Então, ela tanto fez que meu pai arranhou aqui na caixa econômica a construção de uma casa para a gente ficar pagando e para os filhos começarem a estudar em colégios, seria o Lyceu, o colégio para homem [...]. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Em João Pessoa, fez o curso de datilografia, num período de divulgação de oferta de cursos profissionalizantes de nível técnico.

Quando eu cheguei aqui em João Pessoa já diplomada, anunciou: tá havendo o concurso de datilografia do DASPE, naquele tempo o Governo Federal fazia muito concurso, concurso simples de auxiliar de escritório, de datilografia, de limpeza, coisa assim. Eu fiz o

concurso de datilografia e passei em terceiro lugar no Brasil todo. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Novamente, ancorado na história da educação, o discurso da educadora pode ser situado historicamente. De acordo com Saviani (2011), na época que compreende o período de 1932 a 1947, viviam-se tempos de reformas educacionais, de reorganização da estrutura educacional. Em 1942, através das Reformas Capanema foram baixados decretos e neles o ensino técnico-profissionalizante foi fortalecido, inclusive com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Romanelli (1986) discorre detalhadamente sobre a criação desse sistema de ensino paralelo. Segundo a autora, na década de 1940, em face à expansão da indústria, exigia-se medidas em relação à preparação de mão-de-obra. Mas, o sistema educacional não possuía condições infraestruturais de implantação, em grande proporção, do ensino profissional, como também não havia interesse das classes médias, propulsoras do crescimento social da educação, em ampliar o ensino médio profissional. Ante isto, o ensino profissional mantinha-se sem atender as demandas do desenvolvimento econômico. Entretanto, a indústria exigia que o operário tivesse, ao menos, uma formação mínima feita de modo acelerado e prático. Mediante isso, o Governo recorreu a um sistema de ensino paralelo ao oficial, conveniado com a Confederação Nacional das Indústrias, criando o SENAI, através do decreto lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Este organizava e administrava, em todo país, escolas de aprendizagem industrial. Em 1946, foi criado o SENAC, com a mesma estrutura do SENAI, “diferenciando deste pelo fato de ser comercial e por ser dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. (ROMANELLI, 1996, p. 167).

2.3 Os primeiros passos da atuação profissional como arquivista

A atuação profissional como arquivista iniciou-se, oficialmente, logo após o término do curso de datilografia, quando apresentou ao deputado Samuel Duarte suas duas funções, o diploma de magistério e o de datilografia. Sob a alegação de que era muito difícil quem soubesse datilografia, foi nomeada auxiliar de escritório

na Secretaria do Interior e Segurança Pública em 1943⁴. Em função de seu desempenho, dois anos depois foi transferida para a Secretaria do Palácio do Governo e tornou-se chefe de pessoal de protocolo do fichário e do arquivo do gabinete do governador do Estado da Paraíba. Na secretaria passou a redigir as atas de nomeação. Segundo a educadora, graças aos seus serviços, deixou-se de fazer os documentos à mão para fazer na datilografia.

Eu então um dia subi as escadas da secretaria do interior, que era um amigo de meu pai Doutor Samuel Duarte, que era deputado, foi presidente da câmara. Quando fui entrando com minha mãe [...] Aí eu abri o meu diploma, mostrei a ele e disse eu já tenho o diploma de professora e tenho o diploma de datilografia. Ele chamou o secretario e disse: fulano, faça a nomeação dela, é difícilimo achar quem saiba datilografia. Aí eu fiquei nomeada trabalhando na Secretaria do Interior e Segurança Pública, na Secretaria comecei a separar cada coisa em seu lugar, tenho a capacidade de fazer isso, era uma vocação que aflorou e com dois anos fui transferida para Secretaria do Palácio do Governo e tomei conta do Palácio do Governo. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

A trajetória profissional de Clemilde Pereira seguiu novos caminhos em decorrência de um evento afetivo ocorrido em 1950. Nesse ano, ela pediu exoneração do cargo para casar-se com Afonso Pereira da Silva. O matrimônio ocorreu no dia 11 de fevereiro de 1950.

FIGURA 8- Solenidade matrimonial de Clemilde e Afonso (1950)



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

⁴ Nesse período o governador da Paraíba era o interventor federal Rui Carneiro, cuja duração do mandato foi de 16 de agosto de 1940 a 15 de julho de 1945.

Sobre o casamento e de como se deu o encontro com Afonso Pereira foi narrado por Clemilde Pereira precedido por um sorriso e voz inicialmente embargada que denotou palavras carregadas de significados afetivos. Ao mesmo tempo, suas palavras apresentam uma elevada autoestima ao dizer que ele era professor e ela muito capaz por ser uma menina de vinte anos, formada em datilografia, com curso de professora e um emprego no governo:

Aí Afonso começou a ensinar nos colégios e além de ensinar ele começou a criar teatro. Criou o teatro do estudante. E, foi nesse teatro do estudante que minha irmã veio lá e com mãe e comigo e aí a gente se encontrou. [...] E então encontrou comigo apenas conversamos e ele continuou a dar aula. Três dias depois começou a Festa das Neves. A Festa da Neves naquele tempo era uma festa muito grande, o povo todo ia, pessoas importantes e tudo e Afonso... era a Festa das Neves era assim: quando chovia, entrava em qualquer casa. Então eu e ele entramos na mesma casa [risos] e começamos a conversar e então ele pela primeira... Eu era uma menina de vinte anos, tomava conta do governo, era formada em datilografia, tinha feito o curso de professora de cinco anos. Quer dizer, eu era muito capaz. Então a minha capacidade como diretora do palácio do governo e ele [...] nós nos ajustamos. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 01 de dezembro de 2015).

O encontro acima narrado encontra-se registrado com maiores detalhes no livro *O sentido da vida: quando o amor procura*, de autoria de Clemilde Pereira, fruto de seu diário pessoal. Cunha (2013) considera os diários pessoais como territórios abertos para a História, por serem atos da memória e conservarem, por meio da escrita, atos da vivência humana, vestígios de passados. A escrita contida nos diários é abrigo de sensibilidades capazes de fazer compreender a vida do indivíduo. Essas considerações feitas por Cunha, podem ser confirmadas na escrita do diário de Clemilde Pereira, espaço em que ela deixa transparecer sua subjetividade ao descrever, dentre outras coisas, os atributos que a fizeram se interessar por Afonso Pereira:

02 de setembro de 1944

Nosso primeiro encontro foi comum, não prenunciando nada do que seria depois. Ao acompanhar minha mãe, que foi buscar minha irmã Clizete em uma aula de teatro, conheci um rapaz sem que houvesse o protocolo de uma apresentação. Chama-se Afonso Pereira da Silva. Um jovem discreto, mas com forte personalidade, além de muito bonito. Sua figura não se destaca pela beleza de formas, embora seja bem proporcionado em altura, mas um pouco franzino.

Olhos azulados, claros, tão claros que deixam transparecer um pensador e um romântico. Cumprimentamo-nos sem suspeitar que estávamos destinados. Voltamos a nos encontrar na Festa de Nossa Senhora das Neves durante as comemorações dos 359 anos da cidade. O mês de agosto é época de pancadas de chuva, anunciando o final do nosso inverno. E a chuva, que pressenti à tarde, também veio à festa. E o que fazem as pessoas quando estão ao ar livre e começa a chover? Correm para os pátios das casas e lojas. Foi o que fiz. E foi o que fez Afonso. Começamos a conversar sobre os mais variados assuntos como educação, artes e culturas, temas que são prioridades em sua vida. Ele é muito veemente nesses assuntos, com a cabeça já cheia de planos e projetos e isto me contagiou e me encantou. E continuamos a conversar sobre outros assuntos. Falei um pouco sobre mim e Afonso falou um pouco sobre si mesmo. Para dizer a verdade, esquecemo-nos do que ocorria ao redor. E foi assim que ele surgiu em minha vida. Devagarzinho, cobrindo os dias e os anos com sua presença, tomando conta do meu mundo. Suas conversas são para mim motivo de imenso prazer pela originalidade e versatilidade, abordando quaisquer temas, porém sempre fugindo à vulgaridade. Sua maneira de falar, direta e com naturalidade sobre assunto “perigosos”, vexa-me um pouco, principalmente quando estes se referem à minha pessoa, o que não deixa de me causar medo. Mas pouco a pouco vou entrando em contato com um espírito culto, que dá sinais de ser um idealista e que, agora, tende ao realismo pessimista, sem deixar sua principal característica: o *romantismo*; Seus olhos uma vez ou outra me procuram e, por um capricho meu, e sem causa aparente, retribuo-lhe o olhar, coisa que para mim é muito difícil devido à minha timidez que, posso assegurar, às vezes me deixa em situações embaraçosas. (SILVA, 2015, p.28).

Como fruto do casamento, o casal teve duas filhas, Ana Flávia Torres Pereira e Maria das Graças Torres Pereira.

FIGURA 9 - Casal com as filhas, Graça e Ana Flávia (s/d)



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

A partir da união, sua carreira profissional caminhou lado a lado com as funções exercidas pelo esposo, pois Clemilde Pereira passou a trabalhar junto com o marido.

Para apresentarmos a trajetória profissional de Clemilde Pereira, a partir de 1950, é necessário trazermos sucintamente quem foi o esposo, Afonso Pereira da Silva. Afonso Pereira exerceu ao longo de sua existência vários cargos públicos e privados, federais e estaduais, como professor universitário, um dos fundadores do curso de Direito da UFPB, e de diversas escolas de nível fundamental, médio e superior na Paraíba. Foi criador e presidente da Fundação Padre Ibiapina (FPI), presidente da Academia Paraibana de Letras (APL), membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), provedor da Santa Casa de Misericórdia, deputado estadual, oficial do Exército Brasileiro, jornalista, diretor-fundador do *jornal Correio da Paraíba* e membro do Conselho de Notáveis deste jornal. Com uma vida dedicada à educação, Afonso Pereira foi um dos seis educadores que, há mais de 37 anos, fundaram o IPÊ/ UNIPÊ, um dos primeiros centros universitários do país, deu colaboração decisiva na organização estrutural e legal de muitos estabelecimentos de Ensino na Paraíba (SILVA, 2007).

Nas entrevistas, ao falar sobre Afonso Pereira, Clemilde Pereira nos revelou fatos da história do educador que não constam na narrativa histórica oficial. Isto confirma seu papel como educadora, no espaço memória do Arquivo. Sobre a vida de Afonso Pereira, expressa a educadora:

Olhe, Afonso tem uma história que é preciso ser contada para poder ser entendida como ele chegou aquele ponto. Afonso era de uma família muito pobre em Bonito de Santa Fé. Ele, o pai dele estava muito doente, a mãe dele cuidava muito dele. Aí sentiu que a criança- estava grávida- que a criança ia nascer. Então naquele tempo as casas só tinham rede para todo mundo e uma cama para o casal ou para a criança menor. Então, ela mandou chamar aquelas mulheres que auxiliavam, que chamavam comadre, as comadres e disse: traga, venha aqui. Deitou-se numa esteira e Afonso nasceu. Nasceu numa esteira em Bonito de Santa Fé, auxiliado por uma daquelas mulheres. A mãe dele passou bem levantou-se e foi cuidar do pai. Com quinze dias, ele estava morto. [...] E um dia, ele já estava com dez anos, e quando estudava. A mãe dele dona Bilinha cuidava da igreja e dava educação aos filhos. Porque a escola, o primário era muito fraco, mas ela levava e os meninos estavam aprendendo também com até um sacerdote, [...]. Nisso ele tinha dez anos de idade quando um padre, um reitor de Recife do seminário passou por lá, aí botou a mão na cabeça de Afonso e disse a dona Bilinha: deixe eu levar esse para o seminário. Ele veio para o

seminário daqui de São Pedro Gonçalves. Ele aí fez o primário completo com o estudo mais cuidado. Quando ele terminou esse seminário, foi levado para o Paraná, para um grande colégio de fadres de franciscano. Esse colégio era um colégio, tipo primeiro mundo, tinha música, tinha um jornal, era, falava várias línguas, falavam alemão em vez de falar português, falavam francês, falavam tudo e Afonso estudou nesse colégio. E ficou um homem que aprendia, ele aprendia muito rápido, era muito inteligente, queria, sabia que só com a educação poderia sobreviver. Ele então foi indicado para ir para a Alemanha para continuar os estudos dele. Ele veio do Paraná para ir para um convento em Recife e de lá tomar um avião para ir para a Alemanha para um grande convento da ordem dele na Alemanha. Quando ele veio, ficou apavorado da ignorância do povo do interior. Ele que estudava num colégio: filosofia, psicologia, alemão, in.. francês e de repente encontrou o povo em cima de uma pau de arara absolutamente ignorante. Então ele vem para Recife já com a passagem, esperando ir para Alemanha para continuar os estudos no grande convento dos franciscanos. Nisso, Hitler rompe com toda a guerra, acaba o convento e bota o exército dele dentro do convento. E ele então fica aqui olhando assim e sem fazer, sem poder fazer nada. [...] Ai resultado: ele que é de um conhecimento enorme, ficou no São Pedro Gonçalves, mas o prior avisou ao seminário dos padres daqui de que ele tinha a capacidade de ensinar latim, grego e línguas. Ele então veio aqui para o seminário e ficou uns dias. [...] Mas o estudo dele era muito adiantado, mas não era igual ao do ministério. Ele teve que fazer o artigo cem e ajustar as disciplinas para poder ensinar nos colégios daqui, no colégio das Neves, no colégio isso [...] (Entrevista com Clemilde Pereira, em 01 de dezembro de 2015).

Em 1971, com a vida profissional entrelaçada ao percurso do esposo, a educadora preparou todo o processo de autorização de funcionamento do Instituto Paraibano de Educação (IPÊ). Entre 1971 e 1974, exerceu as secretarias do IPÊ das faculdades de Direito e de Psicologia. Em 1979, assumiu o cargo de Chefe da Secretaria da Academia Paraibana de Letras, lá fundou o chá acadêmico e organizou o Arquivo Geral da APL, biblioteca e arquivos dos acadêmicos. Foi nomeada em 1984, superintendente da Fundação Padre Ibiapina, passando a ser secretária geral em 1987 e, em 1990, presidente da FPI. Mesmo atuando na Fundação, foi nomeada coordenadora do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia em 1985 (SILVA, 2007).

Coordenou em 1996, a instalação do Memorial do IPÊ/UNIPÊ em comemoração aos 25 anos da instituição. Implantou, também, o Núcleo de Documentação e Arquivo daquela instituição. Em 1998, como homenagem à passagem dos 80 anos do esposo Afonso Pereira da Silva, patrono do IPÊ/UNIPÊ, Clemilde Pereira idealizou e organizou o Arquivo Afonso Pereira (SILVA, 2007).

Na tarefa da construção do perfil biográfico de Clemilde Pereira e buscando consolidar a compreensão de como se deu a sua aprendizagem do trabalho com arquivos⁵, encontramos respostas nas suas narrativas quando ela nos disse que no período do trabalho na FPI o casal viaja muito e ela colhia as informações: “ *Eu viajei muito, uns acompanhando Afonso, que ele fazia parte de, dá criação de colégios e o Ministério convidava a gente para congressos. [...] E eu andava colhendo informações.* ” Nas visitas recorrentes à filha Ana Flávia em Washington, também visitou muitos museus e estes foram aulas: “Aulas para mim completas para eu saber fazer aqui”. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

⁵ Destacamos que o ensino da arquivologia no Brasil é datado a partir de 1960 quando começou a funcionar o Curso Permanente de Arquivos, no Arquivo Nacional com duração de dois anos. Para maior conhecimento sobre a historiografia do ensino da arquivologia no Brasil, ler Tanus e Araújo (2013).

3 ENTRE ARQUIVOS E MEMÓRIAS: O ENGAJAMENTO NAS INSTITUIÇÕES – MEMÓRIA DA PARAÍBA

Quanto faças, supremamente faze.
 Mais vale, se a memória é quanto temos,
 Lembrar muito que pouco.
 E se o muito no pouco te é possível,
 Mais ampla liberdade de lembrança.
 Te tornará teu dono.
 (PESSOA, 1946, p. 139)

Novamente recorreremos à conceituação de memória como um fenômeno construído social e individualmente, a memória que apresenta ligação íntima com o sentimento de identidade. Memória que representa o vivido, que reconstrói o passado com base na perspectiva do presente. É esta memória que contém as representações individuais e coletivas dos indivíduos e dos grupos sociais, aglutinadora de significações históricas. (LE GOFF, 2013; POLLAK, 1992).

Le Goff nos diz que os documentos e os monumentos são os dois tipos de materiais aplicados à história, esta considerada como forma científica da memória coletiva. Segundo o autor,

[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2013, p.485).

A memória a qual mencionamos, os documentos como forma científica da memória são preservados no âmbito das instituições- memória. Dito de outro modo, as instituições - memória são criadas com a intencionalidade de preservar a memória. Fragoso (2009) define essas instituições como sendo:

[...] órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades, na construção da história e na produção de trabalhos científicos. (FRAGOSO, 2009, p. 69).

Sendo assim, assevera-se a importância da existência das instituições-memória como locais em que são guardadas e disponibilizadas as informações patrimoniais de um povo, o acervo histórico de uma dada sociedade.

3.1 A trajetória profissional de Clemilde Torres Pereira da Silva nas instituições-memória da Paraíba

A escrita sobre a atuação profissional de nosso sujeito do estudo, Clemilde Pereira, delimitou-se no âmbito da Paraíba, local em que ela sempre exerceu suas funções laborais, sobretudo nas instituições-memória de João Pessoa. Fragroso (2009) afirma que a cidade de João Pessoa possui dez instituições-memória, caracterizadas por academias, arquivos, fundações, institutos, museus e núcleos de documentação.

A atuação de Clemilde Pereira no âmbito das instituições-memória, foco de nosso estudo, deu-se na Academia Paraibana de Letras; na Fundação Padre Ibiapina; no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia e no Arquivo Afonso Pereira.

Discorreremos de forma breve sobre cada uma dessas instituições, suas singularidades, e a participação da pesquisada em cada uma delas. Ainda que seu foco seja o Arquivo Afonso Pereira, importa vir à tona essas informações.

3.2 Clemilde Torres Pereira da Silva e a criação do Arquivo Afonso Pereira

São chamados de arquivos:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, Lei 8159/91).

Nesse sentido, os arquivos contribuem para que o legado de um povo seja preservado, arquivos são, portanto, de grande importância não apenas pelo caráter

material como fonte de informação, mas também como fonte de memória, para que no futuro seja excursionada, utilizada na compreensão do passado.

Ao longo de sua atuação profissional, Clemilde Pereira nutre sua vida no trabalho permanente pelas instituições-memória, com suas aptidões arquivistas, imbricou ações de conservação de acervos documentais nas citadas intuições em que trabalhou, dedicando-se, sobretudo, ao Arquivo Afonso Pereira, instituição onde permanecia atuando até o ano de 2013.

O Arquivo Afonso Pereira nasceu do vasto acervo documental proveniente de todo o trabalho do professor Afonso Pereira, tanto no âmbito educativo, quanto no cultural e no científico. De modo que antes da criação do Arquivo, todo o conjunto de documentos, fotos e livros eram arquivados em caixas na residência do casal. Por ocasião dos 80 anos do esposo, como presente, Clemilde Pereira teve a ideia do Arquivo. Ao rememorar os motivos que a levaram a planejar e organizar a referida instituição-memória relata:

[...] um dia eu estava olhando minha casa e veio aquele toque. Sabe quando você tem aquele toque? Aí eu disse: eu trago os livros de Afonso para cá. A gente tinha muitos papeis, tudo organizado, faço um arquivo. Eu nunca quis memorial, porque memorial eu achava que sempre era para gente morta, e nós trabalhávamos muito, quer dizer, era um arquivo, se fazia isso, aquilo, aquilo outro. Aí eu olhei assim e disse: vou fazer! Está perto o aniversário de Afonso, vou fazer e dou pelo aniversário dele de 80 anos [...]. Eu já tinha muita coisa [...]. Eu acabei fazendo no dia 13 de janeiro do outro ano, mas em comemoração ao aniversário. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Maria Aparecida Ferreira de Almeida, que trabalha com a família Pereira como secretária antes da fundação do Arquivo, acrescenta outros detalhes sobre a criação dessa instituição:

Bom, foi assim: dona Clemilde tinha essa casa aqui em Jaguaribe e queria dar um presente a professor Afonso de 80 anos, não sabia o que dar. Então, ela teve a ideia de juntar todos os documentos dele, tudo que ela tinha guardado dele e fazer o Arquivo e dar de presente a ele. Então, ela organizou, chamou uma equipe, chamou a bibliotecária, chamou uma turma de [...] umas amigas dela, que trabalhavam com ela antes e foi organizando. Organizando sala por sala, tema por tema e a gente participou desde o início e ela deu de presente a ele no dia em que ele completou 80 anos.

(Entrevista com Maria Aparecida Ferreira de Almeida, em 12 de novembro de 2015).

Conforme mencionou Clemilde Pereira, o Arquivo Afonso Pereira foi inaugurado em 03 de janeiro de 1997, localizado na Praça João XXIII, nº 78, à Rua Jardim Glória, Bairro de Jaguaribe da Cidade de João Pessoa- PB. A casa em que o Arquivo foi criado estava desocupada, pois o casal morava em outra residência no Bairro do Bessa, em João Pessoa.

FIGURA 10 - Placa de inauguração do Arquivo Afonso Pereira (1998)



Fonte: Acervo do AAP.

FIGURA 11 - Arquivo Afonso Pereira (1998)



Fonte: Acervo do AAP.

Caracterizado como um Arquivo privado⁶, o espaço é depositário de documentos e livros. Sua organização compreende:

Sala A - Gabinete e biblioteca.

Sala B- Fotografias particulares, produção literária, currículos, documentação, correspondências, a trajetória de Afonso Pereira na vida política, como deputado estadual.

Sala C - Setor dedicado às faculdades, ao Padre Ibiapina, à Faculdade de Direito de Souza, à Universidade do Sertão, às instituições escolares criadas e assistidas pela Fundação Padre Ibiapina.

Sala D - Documentos que versam sobre a Universidade Federal da Paraíba-UFPB, a Academia Paraibana de Letras, o Observatório Astronômico da Paraíba, a Associação Interamericana de Direito Romano e informações sobre Direito Autoral.

Sala E- Exposições documentais sobre: o Centro Universitário de João pessoa (UNIPÊ), o jornal *Correio da Paraíba*, a Estação Ciência, a TV Comunitária de Ingá, o Proditec, a Sociedade de Cultura Musical, a Orquestra Sinfônica da Paraíba, o Conservatório Paraibano de Música, o Instituto Histórico e geográfico Paraibano (IHGP), o Instituto de Educação da Paraíba (IEP), o Teatro do estudante, o Folclore, o Conselho Estadual de Educação, o Conselho Estadual de Cultura, o Conselho Nacional de Serviço Social, a Santa Casa de Misericórdia, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. (SILVA, 2007).

As salas com as exposições acima elencadas contêm painéis com 643 fotografias, 15 vitrines especiais com documentos e 363 caixas-arquivo que guardam a documentação. O AAP apresenta também três áreas especiais que expõem a vida profissional de Afonso Pereira como educador e administrador. O AAP funciona de segunda a sexta-feira das 14 às 17h e à noite quando há agendamento de aulas, geralmente do curso de arquivologia, ou outras atividades como lançamentos de livros.

⁶ Bacellar (2011), apresenta resumidamente a classificação das principais instituições arquivísticas que guardam acervos de caráter permanente: Arquivos do Poder Executivo: correspondências, ofícios e requerimentos, listas nominativas, matrícula de classificação de escravos, lista de qualificação de votantes, documentos sobre imigração e núcleos coloniais, matrículas e frequência de alunos, documentos de polícia, documentos sobre obras públicas, documentos sobre terras; Arquivo do Poder Legislativo: Atas e registros; Arquivos do Poder Judiciário: Inventários e testamentos, processos cíveis; processos crimes; Arquivos cartoriais: Notas e registro civil; Arquivos eclesiásticos: Registro paroquiais, processos, correspondência; Arquivos privados: documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresas.

A Biblioteca do AAP possui mais de sete mil livros de diversos idiomas. Está organizada com as seguintes classes: 00 - Generalidades, incluindo ciência e conhecimento, organização, informação, documentação, biblioteconomia e publicações. 01 - Geografia. Psicologia. 02 - Religião. Teologia. 03 - Ciências Sociais. Economia. Direito. 05 - Matemática e Ciências Naturais (Ecologia. Biologia). 07 - Artes. Recreação. Diversão. Esportes. 08 - Língua. Linguística. Literatura. 09 - Geografia. Biologia. História.

FIGURA 12 - Biblioteca do Arquivo Afonso Pereira (1998)



Fonte: Acervo do AAP

Explicando sobre como foi organizado o arquivo, esclareceu: *“Olhe isso dá muito trabalho, você precisa ter ideia muito claras, para ser um arquivista [...]”*. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014). Relembrou que foi preciso organizar tudo com muito cuidado, desde os móveis para o arquivo até o modo como eram organizados nas estantes.

Quando indagada sobre no momento de criação do Arquivo, qual foi a intenção, que contribuição ele daria à sociedade paraibana, os olhos brilharam, um sorriso brotou dos lábios. E ela, com ênfase na voz, afirma que a intenção era divulgar os trabalhos do educador Afonso Pereira e criar um espaço de aprendizagem:

Olhe eu pensei em criar o arquivo com a intenção de que podia aparecer os trabalhos que Afonso estava fazendo, e quando chegava uma escola do interior, ali ela via, quer dizer sempre foi um local de as pessoas aprenderem a trabalhar, aprenderem. É isso que eu fiz. É tanto que o pessoal fica encantado com certas coisas aí. [...] Mas a senhora fez, mas a senhora botou, mas fez isso. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Como se percebe no trecho acima, ao organizar o Arquivo, há, obviamente, a intenção de exaltação do trabalho do esposo. Entretanto, observamos que por trás desse gesto, há uma intenção de ensinar, pois na afirmação *“aprenderem a trabalhar, aprenderem”* no contexto da narrativa, contempla múltiplos significados. Ou seja, as escolas ao visitarem o Arquivo aprendem sobre a atuação de um educador, sobre a educação da Paraíba, ou aprendem a organizar um arquivo.

A educadora ao falar de sua experiência com arquivos relata que para se criar um arquivo privado primeiro é preciso conhecer a história da pessoa e ter o convencimento da importância de preservar sua memória. Sua fala deixa claro que era preciso cuidar do legado do esposo para que pudesse ser conhecido e outras pessoas pudessem aprender com ele:

A minha experiência com arquivos, eu sempre gostei de preparar papeis, mas os trabalhos que Afonso fazia, precisa primeiro você saber quem era Afonso [...] Eu então percebi que estava perdendo de cuidar da capacidade de Afonso. Esse trabalho dele, e eu vendo tudo, comecei a juntar, para que as pessoas que não entendem viessem e aprendessem. Eu tenho ali as cópias das aulas de latim que Afonso dava. Tinha professores uns de Campina Grande que tomavam emprestado o caderno para saber o que era que devia dar aula. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Essa ação de, como ela se refere, “*cuidar da capacidade de Afonso*”, de acompanhar o trabalho do marido, juntar a documentação, arquivar e expor os registros desse trabalho se configura em uma prática educativa. Ser arquivista é uma atividade de educação por uma perspectiva mais ampliada no sentido de que o indivíduo ao organizar arquivos está organizando um espaço- memória de formação de educação, da memória da sociedade.

Relatando sobre seu trabalho no Arquivo, nos disse que ele é uma escola, um lugar de aprendizagem que deve estar aberto aos estudantes, um lugar que conte uma história, pois um lugar de aprendizagem não deve estar fechado:

[...] O Arquivo Afonso Pereira é uma escola imensa. [...] Se faz um lugar para aprendizagem e se tranca numa gaveta? Por isso as alunas daqui da Federal, as alunas de Campina Grande e da Estadual, vem ter aula prática aqui de noite. O lugar dos livros e dos arquivos tem que ser aberto para que o povo veja, e faça como eu faço, conte uma história. Se você está criando, como Afonso tem ali, orquestra sinfônica, teatro do estudante, o outro, você terá que colocar tudo junto. Eu tenho, vou lhe mostrar lá no outro a Academia Paraibana de Letras. Todas as pessoas, olhe, isso aqui é uma Academia Feminina de Letras, olhe como ela é. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

Através dessa narrativa pode-se entrever o entusiasmo com que Clemilde Pereira desempenha seu trabalho. Isto é visível, não apenas em suas palavras, mas também em suas atitudes. Fato foi evidenciado durante toda nossa pesquisa, tanto nas entrevistas em que ela sempre procurava fundamentar suas narrativas expondo documentos e fotografias, como num episódio específico quando no meio de umas das entrevistas, ela nos interrompeu e disse: “*Pronto pare suas perguntas e vamos olhar as coisas*”. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014) E nos convidou para caminhar pelo arquivo, explicando, dando uma aula sobre os temas e documentos de cada sala.

FIGURA 13 - Clemilde Pereira aos 90 anos no espaço memória AAP explicando à pesquisadora a história da FPI exposta na sala C (2014)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Em entrevista durante a pesquisa, Clemilde Pereira apresentou uma preocupação em relação aos planos para o Arquivo. Ela enfatizou que educação está deixando a desejar quanto a sua função de promover a aquisição de conhecimentos dos estudantes, pois os alunos que frequentam aquele espaço, alunos do curso de biblioteconomia e arquivologia, desconhecem muitos títulos que compõem o acervo e quando lhes são apresentados, fazem perguntas simples sem profundidade.

O desejo da educadora é que os professores frequentem o Arquivo com seus alunos para que possam aprofundar conhecimentos com o contato com obras e documentos originais: “[...] Recebo visita de alunos que desconhecem os livros que apresento a eles e não tem a curiosidade de fazer perguntas, os professores devem virem aqui para se atualizarem, trazer os alunos para que eles possam beber na fonte”. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 30 de abril de 2014).

3.3 Academia Paraibana de Letras: primórdios da participação feminina

A Academia Paraibana de Letras foi fundada em 14 de setembro de 1941, por iniciativa do professor Coriolano de Medeiros⁷, como uma co-irmã da Academia Brasileira de Letras, criada em 1897. Destaca-se que no Brasil, o surgimento das Academias deu-se por influência da tradição europeia de criação de academias, espaços de dedicação à literatura, ao culto da língua, às belas-artes.

FIGURA 14- Academia Paraibana de Letras (2015)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Tendo como objetivos registrar, difundir, preservar e estimular a cultura e as realizações literárias e artísticas do Estado da Paraíba a APL conta, oficialmente, com 40 cadeiras. Desde a sua fundação, a entidade teve 11 presidentes: Coriolano

⁷ João Rodrigues CORIOLANO DE MEDEIROS nasceu no dia 30 de novembro de 1875, no sítio Várzea das Ovelhas, município de Patos, Paraíba. Faleceu em João Pessoa no dia 25 de abril de 1974, em sua residência, à Rua do Sertão, 232. Sensível às letras e às artes, colaborava nos jornais *A Imprensa* e o *Comércio*. Fundou a Academia Paraibana de Letras. Era sócio fundador do Centro Literário Paraibano; membro da Associação dos Homens de Letras (sociedade acadêmica com 30 membros efetivos, criada por sugestão do Presidente Camilo de Holanda); fundador do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba; sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos de Sergipe e de São Paulo; membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano. Era detentor da Medalha DEODORO DA FONSECA. Professor, poeta, jornalista e romancista, Coriolano de Medeiros está na lista dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, criado a 7 de setembro de 1905, tendo ocupado vários cargos de sua Diretoria, inclusive a Presidência quando foi eleito para o período 1937/38, embora tenha renunciado na metade do mandato. São de sua autoria: *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*, 1944; *Do Litoral ao Sertão*, 1917; *O Tesouro da Cega*, 1922; *Mestres que se foram*, 1925; *O Barracão*, 1930; *Manaíra*, 1936; *A Evolução Social e a História de Patos*, 1941; *Sampaio*, 1955. (ARQUIVO DO INSTITUTO DE HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, 2015).

de Medeiros (1941-1946), Oscar de Castro (1946-1970), Clovis Lima (1970-1973), Higino Brito (1973-1976), Aurélio de Albuquerque (1976-1978), Afonso Pereira (1978-1984), Luís Augusto Crispim (1984-1991), Manuel Batista de Medeiros (1991 - 1994), Joacil de Britto Pereira (1994-1996), Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar (1996-1998), Joacil de Britto Pereira (1998-2006). Atualmente é presidida por Damião Ramos Cavalcanti. (ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS, 2015).

Foi durante o período de 1978 a 1984 quando Afonso Pereira esteve como presidente da Academia, que Clemilde Pereira trabalhou nesta instituição-memória sendo chefe da secretária da APL em 1979. Na Academia, fundou o chá acadêmico, organizou o arquivo geral da APL, a biblioteca e arquivos acadêmicos.

As narrativas da educadora revelam como estava a APL no período em que ela e o esposo começaram a trabalhar na Academia. Segundo ela eram tempos difíceis em que não haviam sequer profissionais destinados à limpeza do ambiente, e este continha mobília precária. Um espaço descuidado sem organização dos arquivos:

Ela estava inteiramente descuidada, não lembro agora o nome da pessoa que dirigia, mas as portas estavam fechadas, porque não pode mais tomar conta. Não havia funcionário pago pelo governo, e não havia como fazer nada. Mas entregaram a Afonso, como Afonso era um homem que sempre aproveitava as coisas para fazer o melhor possível, abria colégio, abria orfanato, abria o conservatório de música, abria a cultura francesa, compôs as primeiras aulas do CENEC. Então aceitou a Academia Paraibana de Letras e nós começamos a trabalhar. Tínhamos só um rapazinho que ajudava para varrer, que era o mesmo na minha casa, vinha e depois eu pagava da minha casa. E os móveis eram horríveis todos estragados, todos inteiramente descuidados, os papéis soltos pelo chão. Quando não estavam embrulhados em jornais. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

Descrevendo este cenário Clemilde Pereira rememorou sobre o seu trabalho inicial na APL que consistiu em arrumar livros nas estantes, solicitar a produção literária dos acadêmicos e pastas para arquivá-las:

E eu comecei a abrir tudo aquilo, as estantes que colocavam num espaço, comecei a arrumar os livros. Comecei a fazer com que os acadêmicos trouxessem sua produção literária e também para os papéis soltos trouxessem pastas, pastas de estudante para eu ir preparando e ir organizando. Quando eles viram a coisa: aí como vai ser bom. Eu disse: Estão vendo? É só vocês me ajudarem. Quando

eu pedir isso vão trazer. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

No histórico da APL, encontramos informações que nos primeiros tempos da Academia, foram enfrentados problemas financeiros pelos acadêmicos e estes se reuniam na Biblioteca Pública, posteriormente na residência de seus membros. Obtiveram em 1947 um prédio para instalação da Academia, situado à Rua Visconde de Pelotas, nº 179. Mas, o prédio tinha pouco terreno e não possibilitava a construção da Academia. Esta só passou a ter sede própria após a compra do casarão 25, da rua Duque de Caxias da capital da Paraíba. Ainda assim, havia a necessidade de maior espaço e na administração do Governador Burity, em 1981, foi adquirido o imóvel contíguo à Academia com recursos do Estado. As minúcias dessa aquisição foram desveladas nas narrativas de Clemilde Pereira como uma dádiva que a Academia obteve por interlocução de Afonso Pereira e ela participou desta organização na escolha dos móveis para o novo espaço. Estes foram adquiridos em Recife, conforme relata:

E a mais importante das dádivas que a Academia obteve, foi que era governador Burity, Afonso pediu e ele comprou a casa vizinha e anexou a Academia de Letras. Tem por aí o retrato, dando, assinando, tomando posse da outra casa, e aí ampliou a Academia e fizemos também um pequeno museu de Augusto dos Anjos, numa dessas salas que foi cedida junto com a casa. Afonso conseguiu com Burity, ele era governador nesse tempo, muito amigo nosso, e conseguiu comprar alguns móveis. Eu ia a Recife, escolhia tudo e compramos móveis para a Academia funcionar principalmente o auditório. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

Ao rememorar sobre as reuniões, novamente são lançadas pistas da participação de Clemilde Pereira na Academia quando relata que participava das reuniões sugerindo assuntos a serem discutidos. A educadora, como é recorrente em suas falas, exalta o trabalho do esposo. Em seu relato, a Academia é mencionada como um espaço de status social relacionado ao saber e à cultura onde pessoas se reuniam para conversar. Nesse movimento de encontros de homens cultos, foi criado o chá acadêmico no intuito de tornar as reuniões mais atrativas:

É. Agora, as reuniões [...] e então Afonso começou a escrever aos acadêmicos para que eles se interessassem a entrar na Academia, e deu posse a dezessete acadêmicos que não tinha quase ninguém.

Era cada festa. A Academia começou a ter nome, sentido, ser da Academia de Letras valia alguma coisa. Isso é que é importante. Foi, apareceu, Afonso criou o chá e reunia pessoas que iam passando, visitantes, reuniam, eles conversavam, achavam o chá acadêmico uma maravilha. Eram homens de letras de cultura, podiam conversar. E foi um sucesso muito grande. Se fazia uma vez por mês, um chá acadêmico e cada chá eu fazia com um deles falasse um pouco sobre um assunto e aquele assunto fosse discutido. (Entrevista com Clemilde Pereira em, 24 de julho de 2014).

FIGURA 15 - Clemilde Pereira servindo o chá acadêmico (1982)



Fonte: Acervo do AAP

FIGURA 16- Homens e mulheres participando do chá acadêmico (1982)



Fonte: Acervo do AAP

Quando Clemilde Pereira nos apresentou imagens do chá, observamos que havia, mesmo em espaços distintos, a presença de várias mulheres, e indagamos sobre a presença feminina na Academia. De acordo com ela, as mulheres que frequentavam a academia eram as esposas dos acadêmicos e que Afonso Pereira tinha uma visão de que era preciso a participação das mulheres nos espaços públicos:

[...] Afonso sempre teve a minha companhia todos os trabalhos dele e era um homem que gostava que sua mulher falasse com os amigos. Ele disse: eu quero que você tome parte, quero que se os homens [...] vejam que as mulheres podem circular nas academias, e tem uma coisa você fala muito correto, tem uma dicção muito boa. Então, vale a pena fazer parte disso. E então procurou, começou a procurar qual seria a primeira mulher que ele botasse na academia. Achou em Campina, a menina [...] Como é [...] da Academia Paraibana de Letras.⁸ Ele chamou e disse olhe você pode entrar na

⁸ Neste momento da narrativa a educadora procura lembrar do nome de *Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro*, a primeira mulher a fazer parte da APL, Lembra-se posteriormente quando está narrado sobre outro tema. Uma prova do fascínio da memória dos idosos como bem menciona Eclea Bosi.

academia. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

O fragmento registrado acima nos conduziu a um importante fato histórico sobre a primeira mulher a ocupar uma cadeira na APL. Ocorrido numa disputa entre *Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro* e cinco acadêmicos. Por incentivo de Clemilde Pereira e Afonso Pereira, Elizabeth concorreu e ganhou. A ata de posse foi lavrada por Clemilde que aparece ao lado dela no momento de assinatura, no dia 02 de maio de 1980. Clemilde afirma que antes nenhuma mulher havia participado da APL:

Não, nunca de jeito nenhum. Essa de Campina Grande era uma pessoa que já tinha tido muitos prêmios, ela se candidatou mais forçada por mim e por Afonso. E tinha mais cinco homens se candidatando para a mesma vaga. Ela chegou, Clemilde [...] olhe! Não senhora! Você vai fazer parte, vai do mesmo pé dos outros homens, vai mostrar que têm vários prêmios já do Rio de Janeiro e tudo. Deixe eu chamar, como é o nome dela. Tem ali na parece, no momento eu não estou lembrada. Ela não teve nem coragem de assistir à eleição [risos] ai saiu. Mas ganhou. Foi a primeira mulher a entrar na Academia de Letras. Então foi uma festa enorme, uma beleza e a Academia cada vez mais crescendo, pois pegou mais dezessete acadêmicos. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

FIGURA 17-- Clemilde Pereira no momento da assinatura da Ata de posse de Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro (1980)



Fonte: Acervo do AAP.

Com um discurso de justiça feita às mulheres, Clemilde Pereira defendeu a participação das mulheres nos espaços masculinos, inclusive exaltando a capacidade de conhecimento das mulheres superior aos homens:

Olhe eu me senti que estava sendo feita uma justiça, que as mulheres mereciam frequentar o mesmo local dos homens, que elas tinham uma capacidade de conhecimento, de percepção, às vezes, maior do que os homens. E quando os maridos, que eram os mais interessados, começaram a trazer as mulheres para as reuniões. Então foi muito bom, muito bom mesmo. [...] (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

As academias sempre foram fechadas, sempre tiveram um viés masculino. Essa participação da primeira mulher na APL, apesar da luta das mulheres ainda ser uma luta de muitas transformações, denota na década de 70 um crescimento da participação da mulher na sociedade, sobretudo nos espaços acadêmicos, nos espaços científicos, nos espaços da política, do poder, na sociedade civil organizada. Espaços que outrora não eram ocupados pela figura feminina. Ou seja, era um contexto em que o feminismo já avançava para temas mais profundos no que diz respeito à participação da mulher na sociedade⁹.

Quanto à participação de Clemilde na APL, aqui desvelada, revelou que as suas consequências da vida pessoal, por ser esposa de Afonso Pereira, corroboraram para que ela ocupasse esses espaços. Tendo como referencial os relatos da educadora e os documentos encontrados, ao que parece, no período a partir de 1979, foram abertos espaços para a mulher nesta instituição-memória. Participação que se materializou através do trabalho de Clemilde Pereira na APL, da participação da acadêmica *Elizabeth Figueiredo* e da presença das esposas dos acadêmicos no chá acadêmico.

3.4 Fundação Padre Ibiapina: alicerces da educação em terrenos paraibanos

⁹ Para maior discussão e compreensão sobre esse momento que o Brasil viveu, sugerimos ler, Célia Regina Jardim Pinto. Uma história do feminismo no Brasil (2003).

Conforme anunciado no capítulo anterior deste trabalho, após o casamento com Afonso Pereira da Silva, em 1950, a trajetória profissional de Clemilde Pereira entrelaçou-se às funções exercidas pelo esposo. Nessa busca pela compreensão da participação de Clemilde Pereira nas instituições-memória da Paraíba, observamos que os documentos que registram a sua atuação profissional revelavam uma lacuna que nos chamou a atenção: em 1950 Clemilde que ocupava o cargo de auxiliar de escritório, sendo chefe de pessoal de protocolo dos fichários e do arquivo do gabinete do governador da Paraíba, pediu exoneração para casar-se com Afonso Pereira e, apenas em 1971, assumiu a secretaria do IPÉ das faculdades de Direito e Psicologia.

A partir desses dados, surgiu a indagação sobre em quais espaços Clemilde Pereira esteve atuando no período de 1950 a 1971, se esteve ou não atuando. E, foi através das narrativas da educadora que pudemos encontrar as respostas e continuar na tessitura dos fios de sua história. Esta experiência vivenciada por nós durante a pesquisa nos remeteu ao que nos diz Alberti (2004) sobre o fascínio da história oral ao permitir que cortes do passado sejam revelado através das entrevistas.

Clemilde Pereira revelou que após o seu casamento em 1950 só começou a trabalhar oficialmente em 1971, mas durante todo este intervalo de tempo esteve ao lado de Afonso Pereira trabalhando na Fundação Padre Ibiapina. *“Olhe eu comecei, ele fez a Fundação Padre Ibiapina, então eu trabalhei com ele na Fundação, criando. [...]”*. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 17 de junho de 2015).

FIGURA 18 - Fachada do prédio da Fundação Padre Ibiapina (2015)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A Fundação Padre Ibiapina¹⁰ foi criada no dia 30 de março de 1954, por iniciativa do Professor Afonso Pereira da Silva, na intenção de implantar o ensino em todo o interior da Paraíba. Localiza-se à Rua 13 de Maio, 465 - Centro de João Pessoa. Uma instituição, de acordo com Clemilde Pereira, cujos professores eram personalidades públicas, médicos, juizes, padres, promotores, arregimentados por Afonso Pereira para o trabalho voluntário de ensinar sob a justificativa da ausência de instituições escolares no ano de sua criação. Rememorando os tempos da criação da FPI, e dando pistas de que para eles a ausência de escolarização seria sinônimo de miséria, Clemilde Pereira relata:

A Fundação Padre Ibiapina, foi um trabalho admirável que Afonso fez, [...] como eu disse, só seis cidades possuíam ginásio e luz elétrica. O resto não tinha nada. Afonso chegava, primeiro foi Araruna que é minha terra, o segundo colégio foi Bonito de Santa Fé que é a terra dele. Afonso chamava o padre, o juiz, o promotor, algum médico que passasse, que morava ali, chamava e dizia: aqui só nós sabemos ler, e vamos deixar esse povo todo nessa miséria? Eu venho propor uma coisa a vocês. Eu crio em cada cidadezinha dessa do interior um ginásio, vocês serão os, porque tem que ser vocês porque eu preciso de professor. Só vocês podem ser professores. Eu faço o ginásio, vocês ensinam. Minha mulher é técnica, [...] E ela faz com a condição de vocês não ganharem nenhum tostão a mais do que já ganham com seu trabalho. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

Pelas informações contidas no Relatório de 1976 da FPI, os primeiros municípios contemplados foram Bonito de Santa Fé, com o Ginásio Andreino Timóteo, fundado em 22 de junho de 1954; e Araruna, com o Ginásio 4 de Julho, fundado em 1 de setembro de 1954. Os últimos foram Ginásios fundados pela FPI foi no ano de 1976, nos municípios de Monte Horebe, São José de Sabugi, Bom Jesus e o Distrito Engenheiro Ávidos, que pertencia ao município de Cajazeiras. Destaca-se que do acervo imagético contido no AAP, sobre as escolas criadas pela FPI, há certa carência de informações referente as datas das imagens mais antigas.

¹⁰ Segundo Fonseca (2008), a Fundação recebeu o nome Padre Ibiapina, devido a admiração do professor Afonso Pereira pelas ideias e ações do padre José Antônio de Maria Ibiapina. Este, reconhecido no Nordeste pelas ações na luta contra a fome, a doença e os menos favorecidos

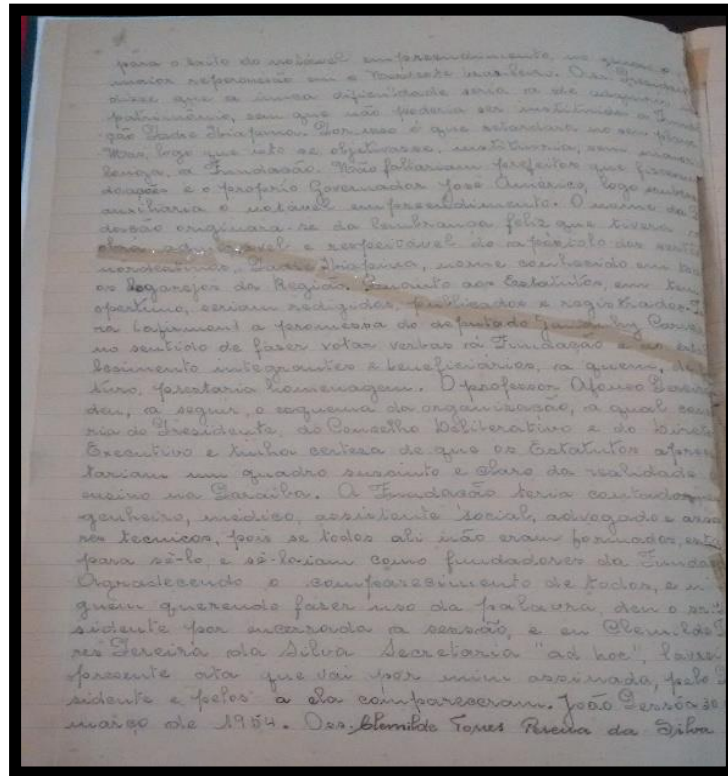
FIGURA 19 - Ginásio 4 de Julho (s/d)

Fonte: Acervo do AAP.

Clemilde Pereira ao relembrar sobre a criação da FPI nos deu pistas de que a criação das duas primeiras escolas teve um significado afetivo, pois foram criadas na cidade natal dela e de Afonso Pereira. Do fragmento exposto abaixo, é revelada sua participação na criação das escolas, inicialmente na parte de preparação documental, trabalho que consistia em preparar a mão os formulários, sob a orientação de Afonso Pereira, e levar até Recife ou ao Rio de Janeiro toda a documentação das escolas para que o funcionamento das instituições de ensino fosse autorizado, relatando especificamente sobre esta participação, ela nos disse que:

Organizei todas, todas. Afonso fazia a parte teórica, assim como se diz, a parte jurídica, a parte pedagógica, a parte didática, a parte que o Ministério exigia, mais aquilo ele ia dizendo, eu fazendo a mão eu era quem preparava os formulários que o Ministério mandava e tinha uma agência pequena em Recife eu ia entregava. Ou então ia até Rio de Janeiro, naquele tempo era no Rio, e recebia a autorização das escolas. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

FIGURA 20 - Ata da criação da FPI, lavrada e assinada por Clemilde Pereira, em 30 de março de 1954



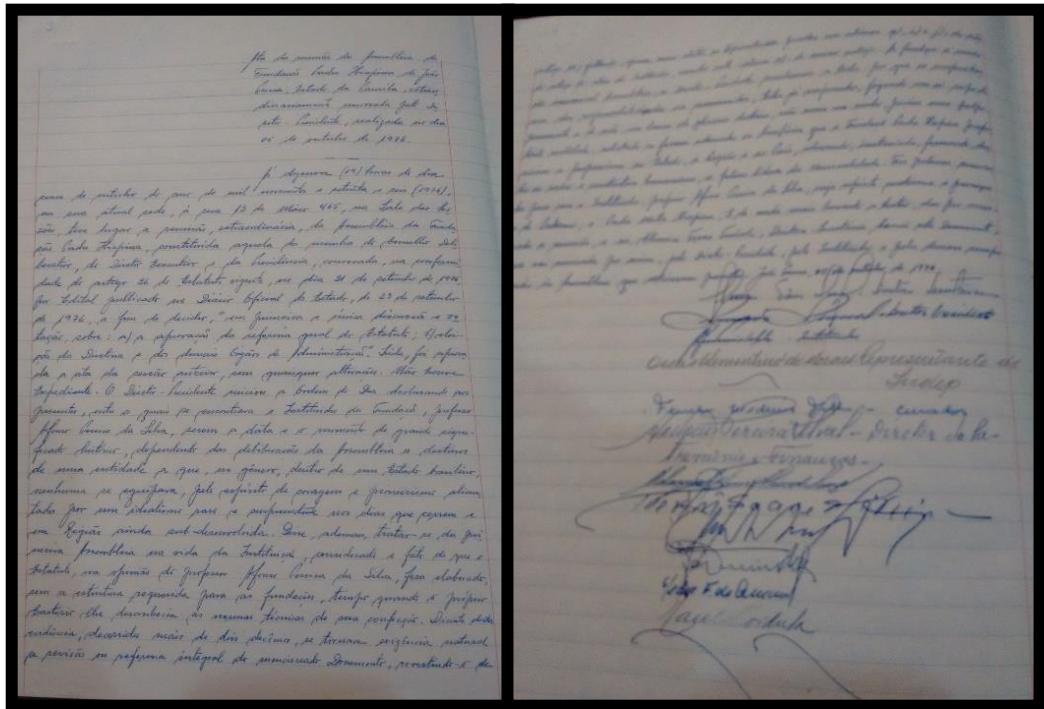
Fonte: Acervo do AAP.

Fonseca discorrendo sobre a FPI e contextualizando historicamente o período em que ocorreu sua criação, nos diz que esta se deu:

[...] em meio à política nacional migratória, efetivada pelo êxodo rural, as famílias deixando o campo, os municípios menos providos rumo à capital, motivados pela constante busca da educação pública, saúde, emprego, conquista da cidadania, realidade na maioria das vezes inatingíveis. Período marcado pelo fim do populismo político. (FONSECA, et al. 2008, p.34).

Embora a FPI tenha sido criada em 1954, com as atividades iniciadas na casa de Afonso Pereira, só dois anos depois, em 1956, foi instalada fisicamente nas dependências do Conservatório Paraibano de Música. A FPI foi reconhecida como entidade pública estadual, pela Lei Nº 1.839, de 26 de janeiro de 1958, e de utilidade pública municipal, pela Lei Nº 1.469, de 26 de janeiro de 1971, com registro no Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação (MEC).

FIGURA 21- Ata da reunião da Assembleia da FPI, em 05 de outubro de 1976



Fonte: Acervo do AAP.

Em ata lavrada em 5 de outubro de 1976, f. 9, livro B, são apresentados como objetivos da Fundação: criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino em todos os graus, níveis, tipos e natureza; criar, instalar e manter, órgãos e serviços de assistência educacional, cultural e beneficentes, sob todas as suas modalidades; criar, instalar e manter, por si ou em convênio, institutos de estudo e pesquisa, pura ou aplicada; prover, através de cursos livres e outras iniciativas, a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de pessoal para o atendimento das necessidades dos empreendimentos públicos ou privados; planejar e organizar serviços ou empreendimentos, assistindo-os ou tomando-lhes o encargo de execução; concorrer para melhor compreensão dos problemas da administração, propiciando o seu estudo e o seu debate; colaborar com o poder público o necessário, com pessoas e com entidades de direito privado, quando possível; dar ênfase à documentação e à informática como instrumento essencial à pesquisa.

Com base no lavrado na Ata fica explícito o objetivo da Fundação quanto à implantação e à expansão de escolas na Paraíba, como também com acervo documental como instrumento de pesquisa. De certo, foram criadas pela Fundação,

114 (cento e quatorze) escolas do ensino fundamental ao ensino superior, no período de 1954 a 1976, e 45 bibliotecas.¹¹

Sobre a fundação das bibliotecas através da FPI, indagamos a Clemilde Pereira se foram fundadas bibliotecas nas escolas fundadas pela FPI, a educadora afirmou que: *“Todas têm bibliotecas, todas foram como biblioteca [...]”*. Fonseca et al. (2008) esclarecem que as bibliotecas criadas em quase todas as escolas, precisavam existir de fato e de direito, por isso foram registradas no Instituto Nacional do Livro (INL).

Ainda buscando pistas sobre a natureza da atuação de Clemilde Pereira na FPI, indagamos em outra sessão de entrevista sobre o seu trabalho na abertura das escolas e ela nos conta que preparava a estrutura didática das salas:

Primeiro eu preparava sala por sala, como as escolas do interior eram uma classe da cada vez, eu preparava toda a estrutura didática das salas, passava para os professores. Que na Fundação Padre Ibiapina foram todos os professores os padres, o juiz, o promotor, que eram os únicos que podiam ensinar. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 17 de junho de 2015).

O relato da educadora lança nosso olhar para o aspecto de que, em 1954, na conjuntura de criação das escolas e da atuação de Clemilde Pereira, possivelmente foi uma época em que embora as escolas normais formassem professoras, o magistério ainda era uma profissão masculina, assumida por homens que não tinham o magistério como formação e Clemilde Pereira como era professora formada, atuava dando o suporte pedagógico nas instituições criadas pela FPI.

Sobre o destino das escolas que foram criadas pela FPI, Clemilde Pereira se referindo a FPI como um celeiro de escola, nos contou que depois de criadas, eram assumidas pelos governos municipais, estadual e federal:

Ai as vezes prefeitura vinha e dizia agora eu posso assumir a despesas da escola, então passava, começavam a chegar outras professoras e assumiam. Quer dizer, foi um celeiro de escolas. Quando a prefeitura pedia e podia pagar passava para ela. O estado também passou. Fez a faculdade de direito de Souza e depois a Universidade absolveu. Sem ganhar um tostão. (Entrevista com Clemilde Pereira em 24 de julho de 2014).

¹¹ Lista das Escolas e Bibliotecas criadas pela FPI nos anexos.

No relato da educadora, é recorrente a ênfase de que não havia interesse financeiro na FPI. Isto nos instigou a indagação de como era mantida a Fundação. Sobre o corpo docente, as narrativas da educadora revelam que era na base do voluntariado. Entretanto, sabemos que para uma instituição escolar funcionar é preciso mais que um corpo de professores voluntários que ministrem aulas. Fonseca et al. (2008) trata desta questão do financiamento da FPI esclarecendo que se buscava sensibilizar entidades e governos para atuarem como voluntários, liberando subvenções, com a condição de não se apropriarem da Fundação como benefício eleitoral. Este aspecto acabava por afastar muitas figuras políticas que poderiam contribuir com a Fundação. Além disso, as ajudas oriundas do poder público atrasavam, o que gerava a demanda de se buscar outras formas de financiamentos como, por exemplo, a ajuda de particulares.

Das lembranças marcantes que a educadora rememora dos tempos idos da FPI, uma delas foi relatada por ela e pelos funcionários que contribuíram com nossa pesquisa. Foi acerca da chegada da luz elétrica por ocasião da criação da escola Monsenhor Moraes em Bonito de Santa Fé no ano de 1960, terra natal de Afonso Pereira e o curioso aparecimento de duas onças atraídas pela luz que foram abatidas e hoje fazem parte do acervo do Arquivo como evidências dos fatos ocorridos:

[...] Em Bonito de Santa Fé, ele fez uma cota na família e comprou uma lâmpada, um motor de eletricidade e botou luz energia em Bonito. Ah, foi uma festa. Ninguém tinha visto luz elétrica. O prefeito também puxou um fio para um lugar assim, o povo dançava, fazia festa. Agora junto com isso começou a aparecer duas onças, as onças olhando a luz, a claridade. E, não é como hoje que é fácil tem um tiro, uma coisa, põe o animal para dormir. Tivemos que sacrificá-las, e eu tenho, está lá na primeira sala, elas mandei embalsamar, estão guardadas. As primeiras vítimas, porque também procuraram a luz. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

A história narrada no fragmento acima remete a época em que não havia luz elétrica nas cidades do interior da Paraíba e que a iluminação era por meio de lampiões. Sendo assim, a chegada da luz provocava mudança social na vida das pessoas. A fala de Clemilde Pereira indica que a FPI além da ação de mobilizar a sociedade (professores voluntários, poder público, população) para promover a escolarização havia a compreensão de que era preciso levar iluminação como

sinônimo de crescimento. A imagem seguinte retrata o momento de entrega do motor de luz da Escola Monsenhor Moraes.

FIGURA 22 – Entrega do motor de luz da Escola Monsenhor Moraes em Bonito de Santa Fé (1960)



Fonte: Acervo do AAP.

FIGURA 23 - Pele da onça abatida em Bonito de Santa Fé (s/d)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Como dissemos anteriormente neste trabalho, não é nossa intenção enquanto pesquisadores contar uma história heróica, mas certos fatos ocorridos durante a pesquisa merecem ser mencionados para que possamos dimensionar a atuação dessa educadora, que aos 91 anos circula pelos espaços do AAP. Assim, na sessão de entrevista realizada em 17 de junho de 2015, cuja temática foi a FPI, Clemilde Pereira nos momentos finais da entrevista caminhou pelo Arquivo e disse: *Olhe, você precisa conhecer cada parte do Arquivo*. Chegando à sala que contém os arquivos e a exposição da PFI, aponta para os painéis que expõem os nomes das escolas criadas pela Fundação e comenta: *“Olhe, olhe aqui o que Afonso fez. E, essas aí, escolas profissionais”*. Folheia álbuns de fotografias das escolas e entre risos, murmura: *“Mas olhe, na verdade... Biblioteca, ginásio, colégios[...]*”. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 17 de junho de 2014).

FIGURA 24 - Banner com as intuições educativas criadas pela FPI (2015)

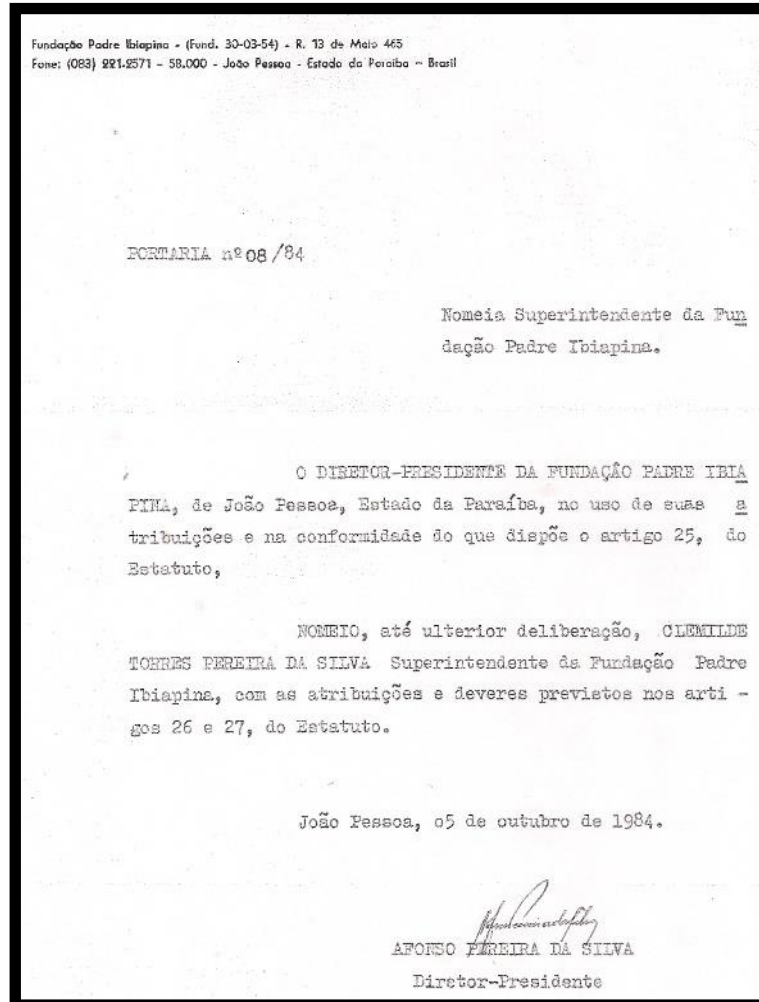


Fonte: acervo da pesquisadora.

Seguindo a trilha cronológica da FPI e da atuação de Clemilde Pereira, observamos que as últimas escolas criadas datam de 1976, sendo que em 1984 a

educadora foi nomeada superintendente da Fundação por Afonso Pereira da Silva, então Diretor-Presidente. Conforme a portaria nº 08 de 05 de outubro de 1984.

FIGURA 25 - Portaria de nomeação de Clemilde Pereira como superintendente da FPI (1984)



Fonte: Acervo do AAP.

Indagamos a ela sobre o trabalho que era realizado na Fundação após 1976. A educadora nos mostrou os relatórios e esclareceu que o trabalho da Fundação era fazer os relatórios e encaminhar ao Ministério da Educação, depois que as escolas estavam criadas e entregues ao poder público.

Estão aqui todos. Todos os relatórios. Os relatórios nós fazíamos cada ano e eu mandava para o Ministério. O Ministério mandava agradecer a mim que era pelo que a Fundação estava fazendo que o Ministério podia saber como a educação ia na Paraíba. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 01 de dezembro de 2015).

FIGURA 26 - Clemilde Pereira aos 91 anos no AAP mostrando os relatórios da FPI (2015)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

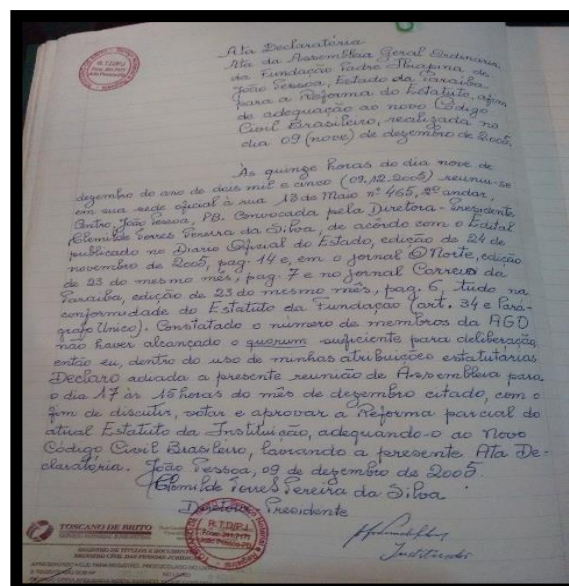
FIGURA 27 -- Relatórios da FPI anos de 1957,1965,1967,1970,1989



Fonte: Acervo da pesquisadora.

Sobre os atos oficiais de Clemilde Pereira como diretora presidente na FPI, encontramos registros escritos datados de 09 de dezembro de 2005, a Ata de assembleia geral ordinária para reforma do estatuto com vistas à adequação ao novo Código Civil Brasileiro. Como não houve quórum para deliberação, a reunião foi adiada para o dia 17 de dezembro de 2005.

FIGURA 28 - Ata da Assembleia Geral da FPI de 09 de dezembro de 2005

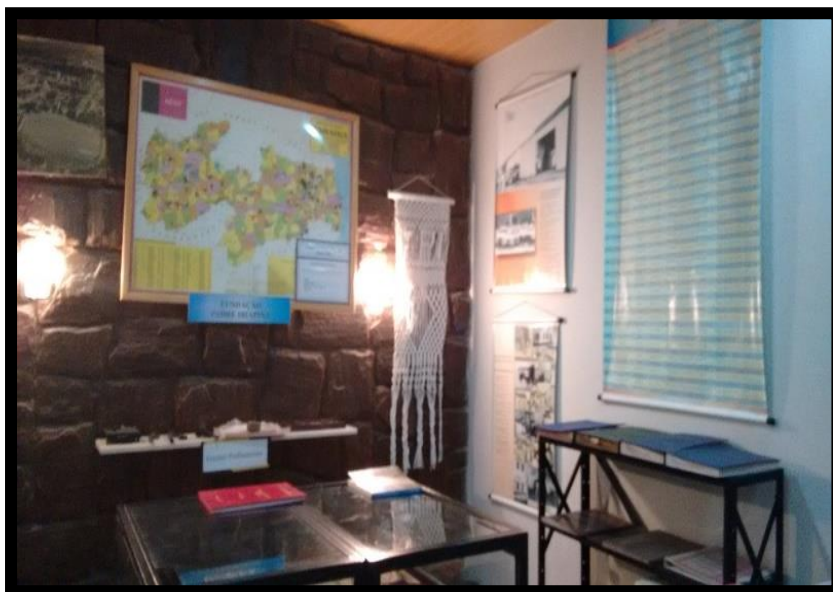


Fonte: Acervo da pesquisadora

Atualmente a Fundação tem como presidente o advogado João Aguiar. Ao que parece, encontra-se fechada, pois durante a pesquisa visitamos o prédio três vezes e estava fechado. Como nosso objeto de estudo é a atuação de Clemilde Pereira no período que esteve na FPI, optamos por deixar essa questão para futuras pesquisas. Segundo Clemilde Pereira, toda documentação das escolas criadas pela FPI encontra-se no AAP e quanto ao prédio da FPI, o atual diretor pretende criar novamente o observatório de astronomia que já havia sido criado anteriormente por Afonso Pereira, mas está desativado:

O diretor é um advogado. Ele está por enquanto tentando fazer um [...] Nós criamos um observatório de astronomia então aquele aparelho está lá em cima, lá na Fundação no prédio. Ele tinha, a ideia dele é criar novamente um observatório. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 01 de dezembro de 2015).

FIGURA 29 - Sala Fundação Padre Ibiapina AAP (2015)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

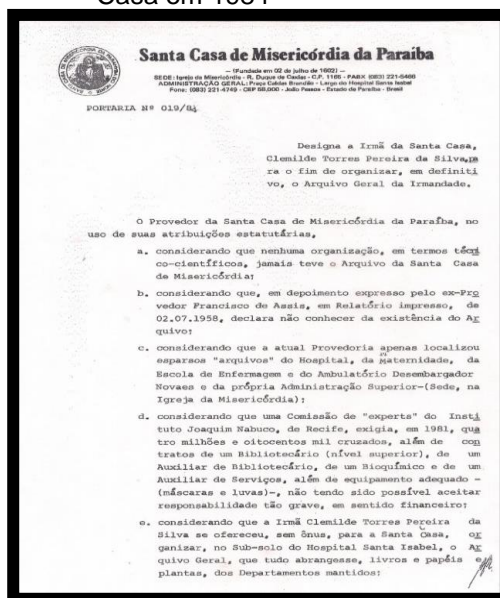
Todo o acervo documental encontrado por nós no AAP, proveniente da criação das instituições escolares por meio da FPI, como livro de atas, fotografias, relatórios, dentre outros, referenda a afirmativa de Clemilde Pereira sobre a documentação da FPI que compõe o Arquivo. De fato, no AAP encontramos parte da história da educação da Paraíba preservada e disponível aos interessados para consulta, pesquisa e aprendizagem.

3.5 Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba: registros do passado da assistência médico-social na Paraíba

Fundadas em Portugal no período de 1498, as Santas Casas de Misericórdia surgiram como função assistencial, prestando atendimentos a doentes pobres e abandonados, abrigavam crianças e idosos. No Brasil, foram instaladas como marcas da colonização portuguesa. Organizadas como irmandades, compunham o conjunto arquitetônico da instituição, igreja e hospital. Fernandes (2009) traz que a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi criada por volta de 1585¹². Segundo Scocuglia e Tavares (2009), além dos ofícios religiosos as funções exercidas pela Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa eram: cuidar dos doentes, das crianças órfãs ou as abandonadas, cuidar dos presos e prestar serviços fúnebres, tantos aos pobres, aos escravos como aos ricos.

Foi nessa instituição com as supracitadas funções, que Clemilde Pereira por ocasião da função de Provedor, exercida pelo marido, foi designada através da portaria nº 19/ 84 para organizar o Arquivo Geral da Santa Casa.

FIGURA 30 - Designação de Clemilde Pereira como organizadora do Arquivo Geral da Santa Casa em 1984



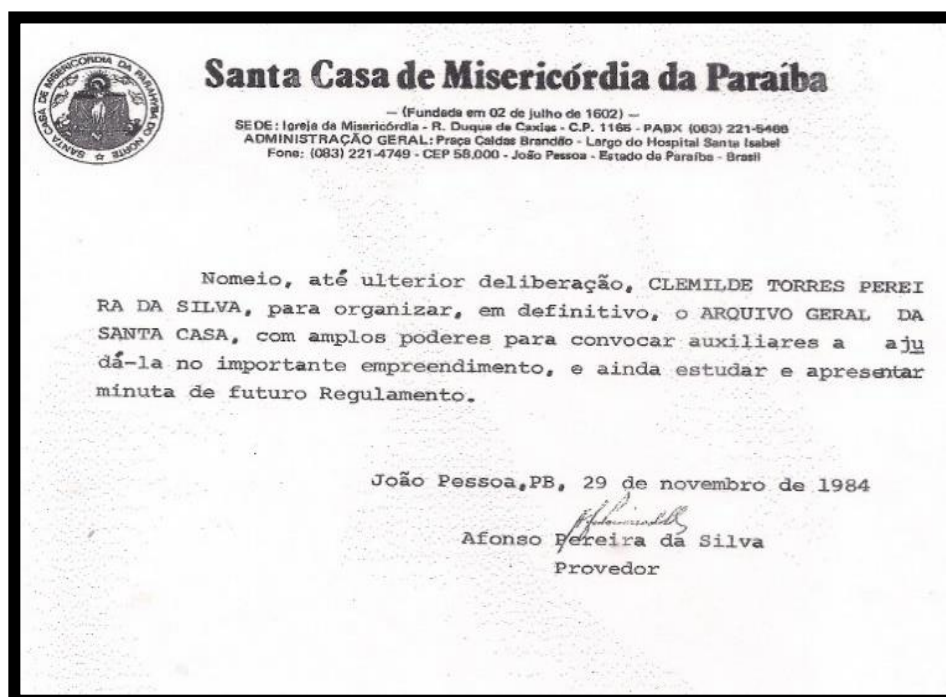
Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

¹² O estudo de Fernandes traz uma historiografia das Misericórdias Brasileiras, *As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira (1922-1945)*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Evora, 2009.

Na designação, consta a justificativa de que o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia não tinha nenhuma organização em termos técnico-científicos, que a atual provedoria havia encontrado apenas poucos arquivos do complexo que compunha a Santa Casa: Hospital, Maternidade, Escola de Enfermagem e do Ambulatório. Esclarece que o trabalho de Clemilde Pereira foi oferecido sem ônus para a Santa Casa.

Em 29 de novembro ocorreu a nomeação em definitivo de Clemilde Pereira como organizadora do Arquivo.

FIGURA 31- Nomeação de Clemilde Pereira como organizadora do Arquivo Geral da Santa Casa em 29 de novembro de 1984



Fonte: Acervo de Clemilde Pereira.

Rememorando a sua vivência como arquivista voluntária da APL, a educadora revelou que no período em que o esposo trabalhava na Santa Casa ela começou a organizar o arquivo no hospital, mas como não aceitavam voluntários teve a carteira assinada como zeladora. O relato de Clemilde Pereira expõe a questão trabalhista, embora não tenhamos tido acesso à sua carteira trabalho.

Na Santa Casa essa era mais organizado, mas eu comecei a fazer o Arquivo da Santa Casa no hospital. Ai naquele tempo não havia a possibilidade de você ser voluntário. Não tinha ainda. O advogado

chegou a Afonso e disse: professor, Dona Clemilde está fazendo aquilo tudo, mas era preciso pagar o INSS. Terei que fazer uma nomeação. Afonso disse: então faça, o mais baixo possível. E fui nomeada lá por servente e eu sou aposentada por salário mínimo. Porque só Afonso só deixou que eu ganhasse como servente de varrer [...]. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

No ano de 1985, foi criado em João Pessoa o Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

FIGURA 32 - Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia (s/d)



Fonte: Acervo do AAP.

Feito noticiado na imprensa local, no jornal *Correio* de 03 de julho de 1985. A notícia que relatou a inauguração do arquivo informou que Clemilde Pereira disse que o mesmo continha documentos com 383 anos. Observa-se que embora tenha sido a organizadora do arquivo, a educadora não aparece na foto do jornal. Sobre o prédio retratado na imagem acima, durante nosso trabalho de campo fomos informados pelo atual provedor da Santa Casa de Misericórdia, Heraldo Teixeira, que atualmente o espaço estava sendo utilizado para outros fins.

FIGURA 33 - Notícia do jornal *Correio* de 03 de julho de 1985 da inauguração do arquivo geral da Santa Casa de Misericórdia



Fonte: Acervo do AAP.

No perscrutar dos caminhos da organização do arquivo, observamos que além da preocupação com a preservação dos documentos da Santa Casa, é possível vislumbrar a ação educativa de Clemilde Pereira ao preocupar-se em ensinar através do resultado de seu trabalho. Seu relato também revela que, possivelmente, a concepção de Clemilde Pereira sobre ensino e aprendizagem possa ser situada na Teoria Social Cognitiva, Postulada por Albert Bandura. Essa teoria ocupa-se da aprendizagem que ocorre por meio da interação social, sugerindo que parte da aprendizagem do indivíduo é resultante da observação, imitação ou modelagem. (LEFRANÇOIS, 2008). Para Clemilde Pereira, aquele que quer ensinar algo tem que fazer, e para aprender é preciso ver feito.

Eles chegavam, uma vez chegou uma das freiras olhou assim e disse: não faça um negócio desse! A senhora sentada aí no chão arrumando esses papéis, não faça isso. Eu digo: vou fazer irmã, isso não é maneira de se guardar papéis. Daí há seis meses, ela chegou, estava tudo arrumado. Ela disse: a senhora fez! Disse: fiz porque era preciso fazer. Você só ensina se fizer, só ensina se a pessoa vê feito. Senão, como é que o povo aprende irmã? Não pode. De modo que eu sempre, sempre [...] (Entrevista com Clemilde Pereira, em 24 de julho de 2014).

Além do trabalho de organização do arquivo, como era datilografa, Clemilde Pereira datilograva todos os relatórios anuais da Santa Casa. Esses documentos traziam informações sobre os setores Administrativo, Médico, Assistencial e setor de Educação e Cultura. Neste último, os relatórios por ela datilografados continham informações sobre as atividades educacionais desenvolvidas na Santa Casa, tais como: número de alunos matriculados por ano; atividades realizadas pelos departamentos; composição do corpo docente dentre outras informações relacionadas às atividades educacionais da instituição. Sendo assim, pode-se dizer que esses relatórios são um legado para a história da educação da Paraíba. Terreno produtivo para o estudo e pesquisas sobre o passado da assistência médico-social na Paraíba, o que inclui a educação, visto que a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba realizava um trabalho educativo, ao prestar assistência aos órfãos e administrava a escola de enfermagem Santa Emília de Rodat.

Uma constatação importante sobre o atual destino do Arquivo da Santa Casa merece ser mencionada neste trabalho: durante a realização de nossa pesquisa, visitamos o Centro Administrativo da Santa Casa, localizado à Praça Caldas Brandão, 20 - Tambia, João Pessoa - PB. Na visita, fomos informados pelo atual Provedor, Heraldo Teixeira de Carvalho que os documentos do arquivo antes se encontravam no porão do Hospital Santa Isabel, em estado de precária conservação, por isso havia sido encaminhado para a Igreja da Misericórdia. Dirigimo-nos até a Igreja e nela encontramos o Arquivo em estado de má preservação, conforme podemos comprovar na imagem abaixo.

FIGURA 34 - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (2015)



Fonte: Acervo da pesquisadora

Cenário diferente encontramos dos arquivos da Santa Casa disponíveis no AAP referentes ao período de 1984 até 1992, que o professor Afonso Pereira esteve à frente da referida instituição e que Clemilde Pereira esteve coordenando o Arquivo Geral.

FIGURA 35 - Sessão Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – AAP (2015)



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A imagem acima revela a participação de Clemilde Pereira na preservação do registro histórico e memorial contido nos documentos que ela ajudou a elaborar e até hoje preserva. Esses documentos guardam informações sobre o trabalho realizado pela Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa, uma instituição que faz parte da história da Paraíba.

3.6 Práticas de escrita de Clemilde Pereira: narrativas históricas

Além do trabalho como arquivista, Clemilde Pereira dedicou-se à escrita. Sua produção caracteriza-se predominantemente como uma narrativa memorialista

e biográfica. Sobre narrativa, na perspectiva dos linguistas, citamos Barthes (2008) quando este assevera que a narrativa tem seu início com a história da humanidade, todos os povos possuem narrativa e cada grupo humano tem sua narrativa. Ela pode ser efetivada através da linguagem articulada, oral ou escrita, pelas imagens, sejam elas, móveis ou fixas, pelos gestos ou pela mistura de todos esses elementos. Apresenta-se nas variadas formas: na conversação, no mito, na lenda, no conto, no drama, na história, numa pintura e até mesmo num vitral. (BARTHES 2008).

Não é nosso objetivo trazer à baila as questões linguísticas sobre as narrativas, estrutura das narrativas e tipos de narrativa. Pretendemos, tão somente, situar a prática de escrita de Clemilde Pereira como sendo uma narrativa histórica. Paul Ricoer (1994) se utilizando do pensamento de W. B. Gallie apresenta a seguinte argumentação sobre narrativa:

Uma história descreve uma seqüência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam ou a cuja mudança reagem. Por sua vez, essas mudanças revelam aspectos ocultos da situação e das personagens e engendram uma nova prova (predicament) que apela para o pensamento, para a ação ou para ambos. A resposta a essa prova conduz a história à sua conclusão. (RICOEUR, 1994, p. 214).

Obviamente nessa definição apresentada podem ser incluídas tanto as narrativas ficcionais como as históricas. Construir uma história significa tecer um enredo, seja ele arquitetado a partir do imaginário do escritor ou de fontes documentais, a exemplo das fontes orais vertidas em documentos. Sendo assim, uma narrativa histórica passa pelo trabalho de juntar acontecimentos, a fim de uma construção de um enredo compreensível.

Sendo assim, a escrita de Clemilde Pereira pode ser considerada narrativas históricas pela característica de apresentar uma reconstituição do passado, através da tessitura de um enredo, tendo como fontes a memória da educadora, os fatos que ela presenciou ou vivenciou, os acontecimentos e os documentos por ela preservados no AAP.

Em sua trajetória como escritora, Clemilde Pereira publicou as seguintes obras: *De Mulheres Ilustres* (2001), o livro traz discursos de aniversários escritos por Clemilde Pereira em homenagem a vinte e duas amigas. Traz uma linguagem simples despretensiosa, que revela o ambiente de convivência íntima entre amigas.

Noventa anos de Afonso Pereira (2007), o livro traz a trajetória da vida profissional do professor Afonso Pereira da Silva por meio de um currículo ilustrado dividido em seis cadernos: 1) O cidadão; 2) O profissional; 3) O amante das artes e da cultura; 4) O criador de escolas; 5) O criador de universidades; 6) O agente do progresso. *Cronologia da vida de Afonso Pereira da Silva* (2008), a obra apresenta a cronologia da vida de Afonso Pereira no campo da educação. *Ditos e Escritos* (2008), o livro traz discursos sobre e proferidos por Afonso Pereira da Silva, toma como objeto de materialidade analítica os discursos pronunciados por diferentes pessoas, em vários tempos e momentos que vão desde o tempo cronológico ao tempo do sentimento. *A História em discursos* (2011), livro que traz discursos em diversos contextos de situações históricas em que ela esteve inserida, a exemplo de: solenidades na Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba- AFLAP, solenidade no Palácio da redenção no ano de 1940 e inauguração do AAP. *As marcas do caminho* (2014), a autora conta a história do Instituto Paraibano de Educação, do reitorado dos cinco reitores da instituição. Apresenta as atas da posse de cada reitor, os decretos e as notícias veiculadas nos impressos sobre a instituição. *O sentido da vida: quando o amor procura* - Lançado em 2015, a obra revela a história de amor de Clemilde e Afonso. Nela, a autora apresenta as narrativas de seu diário a partir do ano de 1944 e apresenta cronologicamente as cartas trocadas com Afonso antes do casamento.

Quando indagada sobre quando surgiu a motivação para escrever, Clemilde Pereira rememorou novamente sua infância ao lado do pai onde começou a escrever muito nova, aos 10 anos, quando o ajudava preenchendo os formulários de pagamentos dos funcionários, atividade que a fez aprender o estilo de escrever correto por incentivo do pai. Enfatiza sua capacidade de escrever com letra muito clara, algo que também foi aproveitado na escola:

Olhe, eu tinha exatamente dez anos de idade, meu pai era um homem que trabalhava no Estado. Bem, comece você, veja bem: eu tenho noventa e um ano, se eu digo, dez anos atrás, eu tinha dez anos, quer dizer oitenta anos atrás. Quer dizer, há um espaço de tempo que não pode ser perdido. Eu, meu pai, ele fazia pagamento aos funcionários. Eu vou só falar, iniciar por onde eu andei com ele. Nasci em Araruna, sai com menos de um ano, depois em Bananeiras fui uma primeira vez, uma segunda e na terceira, terminei meu curso de professora, que o diploma está ali, fácil. Era um curso de cinco anos, quer dizer, era um curso completo, aprovado pelo ministério. Agora, meu pai andou: Araruna, Bananeira, Caiçara, Esperança, Campina Grande, Areia, Catolé do Rocha, Cuité, Picuí. Em todos esses lugares eu andava. Era a filha mais velha. Ele foi casado duas

vezes, mas a primeira família já estava casada. Eu era, éramos oito da segunda família e eu era a mais velha. Meu pai tinha uma letra horrível, nem ele lia. Ai resultado, ele me pegou o lápis, colocou na mão e disse: faça todos os pagamentos, todos os formulários de pagamento. Então eu comecei a usar o lápis, a maneira de colocar no papel. Então foi ai que eu comecei a ver como se escreve, correto, como se escreve torto, como a coisa deve ser feita dentro de um estilo. Eu comecei muito nova. Quando cheguei em Bananeiras, meu pai passou para ser, estudar no colégio e então, aproveitaram também a minha capacidade de escrever com minha letra muito clara e escrevia histórias da, do colégio, escrevia, fazia quadros de pintura. Então, tudo que eu fiz na vida me levava a querer fazer correto escrito e direito e tinha meu pai para dizer, faça correto. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 13 de outubro de 2015).

Sobre a intencionalidade ao escrever, Clemilde Pereira mencionou a obra *A história em discursos*. Exibe o livro e relata: “*Você olhe esse livro trata quando eu recebi o título de cidadã da Paraíba. E então eu me achei que deveria agradecer, comecei a escrever.*” (Entrevista com Clemilde Pereira, em 01 de dezembro de 2015) Clemilde Pereira recebeu o título de cidadã da Paraíba em 27 de abril de 1999. A narrativa do livro é composta por discursos organizados em três grupos: Fatos e discursos, que traz relatos de fatos de sua vida pessoal; A História do AAP, relatos relacionados a fatos ocorridos no AAP e Outros Discursos, relatos de outras situações.

Ainda sob a justificativa da intencionalidade do agradecimento, a educadora nos falou de seu primeiro livro *De mulheres ilustres*, fruto de sua facilidade de fazer amizades, o que resultou no convite por Norma Vanderley para que ela escrevesse discursos de aniversários no intuito de serem lidos nas festividades comemorativas. Isso indica que Clemilde Pereira tinha amplo convívio no círculo social das mulheres nos anos de 1998 a 2000, período em que foram escritas as mensagens de felicitações pelos aniversários das amigas. Conforme relata:

Dentro da própria sociedade, eu sempre fui fácil de ter amizade, e então um dia, uma pessoa, Norma Vanderley, era uma senhora das pessoas de classe aqui, me convidou, disse assim: Clemilde, eu estou sem uma pessoa para fazer um discurso para fulana. Ei disse, eu faço. Comecei a fazer um discurso para cada amiga. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 13 de outubro de 2015).

No prefácio, escrito pela própria autora, ela diz que não são discursos, são uma maneira de “brindar com palavras, comuns, as qualidades pessoais de minhas amigas, pronunciadas com verdadeiros improvisos escritos”. (SILVA, 2001).

Rememora que o início foram os discursos para as amigas, nos quais ela tinha a capacidade de descrever a pessoa com suas características individuais.

O primeiro livro. Olhe aqui. Agora, o escrito, o que era estranho é que era sobre o aniversário, mas eu escrevia de um jeito, que eu descrevia a pessoa. Era como as minhas colegas diziam: você é uma psicóloga, escreve de modo que inteiramente, você lê e entende quem é. Então eu comecei com os primeiros discursos para as minhas amigas, sendo que cada um deles eu coloquei diferente. Porque cada uma tinha suas características. Se você lê um livro desse, sabe inteiramente quem é essa pessoa [...] (Entrevista com Clemilde Pereira, em 13 de outubro de 2015).

Acerca de seus livros prediletos, Clemilde Pereira rememorou a infância, e novamente a figura paterna aparece como um referencial, um homem meio culto que trazia livros para casa e ela aproveitava e lia Monteiro Lobato, lia inclusive para as colegas. Talvez, na infância estivesse nascendo à contadora de história.

Em seu relato:

Eu, deixe-me ver... autores prediletos seriam aqueles que meu pai trazia. Meu pai era um homem mais ou menos culto. Então ele trazia livros e eu aproveitava lia. Li muito Monteiro Lobato que era da época, então eu lia. Lia para minhas colegas[...] (Entrevista com Clemilde Pereira em 13 de outubro de 2015).

Não é possível mensurar se as leituras de Monteiro Lobato influenciaram em seu estilo de escrita. Mas é compreensível que suas lembranças se reportem a Monteiro Lobato e a infância, pois:

Para milhares de brasileiros, a leitura de Lobato constituiu uma das mais gratificantes lembranças da infância, leitura que não se resumiu apenas algumas horas de lazer, mas que os capacitou a prosseguir vida afora em seu percurso de leitores e de cidadãos críticos. (SILVA, 2008, 103).

Sobre o livro de sua autoria, que Clemilde Pereira considera mais marcante, a educadora mencionou *De Mulheres Ilustres*, por tê-la iniciado na sociedade, e *As marcas do caminho* porque nele ela descreve o IPÊ; “*Esse aqui*¹³, *porque me iniciou na sociedade. Esses aqui porque eu descrevi o IPÊ.*¹⁴ *A história que passava eu*

¹³ A entrevistada segura o livro *De mulheres ilustres*.

¹⁴ A entrevistada faz aponto para exemplares do livro *As Marcas do Caminho*.

dizia perfeitamente[...]”. (Entrevista com Clemilde Pereira, em 13 de outubro de 2015).

Estas afirmativas revelam que Clemilde Pereira reconhece a importância da escrita como um meio de ser reconhecida, ao mesmo tempo a importância de contar a história da uma instituição educativa como o IPÊ. Embora Clemilde Pereira seja uma escritora do século XXI, esse seu pensamento nos remete ao que assevera Telles (2012), que no século XIX, no imaginário social as letras eram ofício de homem, instrumento de poder e para as mulheres era instrumento de libertação, embora a conquista do território das letras tenha sido longa e difícil para as mulheres do Brasil.

As narrativas acima sugerem também o reflexo da sociedade elitista, no tocante ao status, que neste caso seria a consolidação por meio das amizades e da circulação no meio social das mulheres da classe alta. Já o segundo livro, tem uma importância histórica para a educação, visto que descreve uma das mais antigas instituições de ensino da Paraíba, o IPÊ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos às palavras finais dessa travessia acadêmica, nos deparamos com a constatação de que ainda há muito a ser dito, pesquisado sobre Clemilde Torres Pereira da Silva e a sua participação nos espaços em que atuou, a exemplo do trabalho de coordenação da instalação do Memorial do IPÊ. Suas reminiscências não se enceram nesta pesquisa, tampouco estão contidas todas aqui. Elas são vastas e estão guardadas com a educadora, esperando serem evocadas, suscitadas por qualquer outro pesquisador, historiador ou contador de histórias.

O que fizemos neste trabalho foi verter em documento escrito o que foi rememorado e narrado por Clemilde Pereira durante as entrevistas, suas lembranças do vivido, de suas experiências tecidas no cotidiano. Relembramos a memória como fonte do passado no presente. Memória que é seletiva, pois retém aquilo que foi marcante de forma positiva ou negativa, apresentando os ditos e não ditos no relato oral de Clemilde Pereira. Memória que é suscetível ao esquecimento, natural ou proposital. Neste estudo, tecemos uma interpretação das suas narrativas e tentamos construir um enredo dissertativo sobre a participação da professora, arquivista e escritora Clemilde Torres Pereira da Silva nas instituições memórias da Paraíba.

A partir das narrativas de Clemilde Pereira vislumbramos que sua história de vida se apresenta de forma peculiar, com o início da elaboração dos saberes profissionais no seio familiar. Ainda na infância foi fomentado de modo informal tanto o trabalho com arquivos, por meio da convivência com o pai, quanto o trabalho no magistério na convivência com a mãe, ao ensinar aos irmãos. No âmbito da profissionalização formal, enveredou pelos dois caminhos: pelo do magistério através do curso normal, e pelo de arquivista ao fazer o curso de datilografia. Entretanto, foi levada a trilhar os caminhos de arquivista tanto porque não era seu desejo lecionar, como pelas circunstâncias de seu primeiro emprego que lhe foi oferecido, quando veio morar em João Pessoa, por ela ter habilidades de datilografia. Ressalta-se que na época, em 1943, não havia mídias digitais como computadores.

Noutro momento a educadora também poderia ter enveredado pelos caminhos da sala de aula ao casar-se com um professor. Mais uma vez seguiu pelo

caminho dos arquivos, não se pode inferir se foi por firmeza de propósito ou pelas relações familiares, o casamento, que a levou a trabalhar com o esposo. Ressalva-se que este percurso se deu, muitas vezes, por meio do trabalho voluntário ao lado do marido o que, talvez, tenha sido o motivo de Clemilde Pereira ter sido invisibilizada ou mantida à margem da narrativa histórica oficial em relação à sua participação nas instituições-memória.

A pesquisa revelou que embora não tenha imbricado o trabalho educativo nos espaços formais da sala de aula, Clemilde Pereira foi, e é uma educadora. Isto porque nas instituições em que trabalhou desempenhou um trabalho de produção e de disponibilização da informação, ao organizar, elaborar, preservar, documentos de diversas naturezas e épocas distintas que se constituem em valiosas fontes para a pesquisa e para os estudos educativos e históricos. Esta ação educativa contributiva à sociedade e à educação pode ser ilustrada a partir do Arquivo Afonso Pereira, um lugar que preserva, disponibiliza e favorece o acesso a um significativo patrimônio documental e a conhecimentos conforme revelados na pesquisa, a serviço de atividades educativas, que favorecem a aprendizagem, ao crescimento social e acadêmico dos alunos, dos pesquisadores e da sociedade que visita o Arquivo.

Nossa pesquisa sobre as demais instituições-memória, dentro do referido recorte temporal deste estudo -FPI, Santa Casa da Misericórdia e Academia Paraibana de Letras- em que Clemilde Pereira participou foi possível devido ao acervo preservado no AAP. Conforme foi descrito na pesquisa, nos espaços dessas instituições, pouco ou quase nada foi encontrado, mas os encontramos no Arquivo. Nele, a história contida nos documentos que guardam o vivido, a história, sobretudo da educação da Paraíba está lá, disponível à sociedade.

No tocante a Clemilde Pereira escritora, observamos que suas publicações contribuem para a história da educação da Paraíba uma vez que ela escreveu, dentre outros assuntos, sobre a história de um educador, Afonso Pereira e de uma instituição educativa, o IPÊ. Sua escrita caracteriza-se uma narrativa histórica, sobretudo pelo trabalho de juntar e narrar acontecimentos, de construir um enredo inteligível a partir de sua própria vivência como testemunha de acontecimentos ou de fontes documentais que favorecem a reconstrução do passado.

Ressaltamos que Clemilde Pereira como mulher, como educadora, foi fundamental para que os arquivos dos espaços em que atuou existissem. Ou seja, para que fossem elaborados, preservados e circulassem como forma de saber. E,

um trabalho de pesquisa como este realizado por nós é que contribui para o desvelamento de como isso aconteceu, tendo em vista que na história oficial sobre os arquivos, talvez, ela não fosse lembrada ou figurasse apenas como uma pessoa tópica nessa lembrança. Este trabalho coopera para que esta figura se desvincule de um silêncio, do anonimato nessa produção do saber que é a construção dos arquivos. De fato, a instituição acadêmica pouco sabia sobre a participação de Clemilde Pereira nas instituições-memória.

Por fim, as reminiscências da educadora também nos despertam a um chamamento para que as instituições escolares planejem ações educativas a serem desenvolvidas nos arquivos a fim de que os educandos tenham acesso a ambientes de aprendizagem extraescolares e, assim, construam conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS. Histórico. Disponível em: <http://www.aplpb.com.br/index.php/historia>. Acesso em: 26 nov. 2015.

_____. Histórias dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Manual de história oral. 3.ed.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo. Moderna 1996.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei 8159/91**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm Acesso em: 06 dez. 2015.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 3, 1994, p. 97-113.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

COUTO, Mia. **Raiz de orvalho e outros poemas**. Lisboa: Caminho, 1999.

CUNHA, Maria Tereza. Diários pessoais: Territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

FERNANDES, Liliane Alves **As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira (1922-1945)**. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Évora, Portugal.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: 8. ed. Fundação Getúlio Vargas, 2013.

FONSECA, Ana Flavia; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; FRAGOSO, Ilza da Silva. **Fundação Padre Ibiapina: semente fértil no solo da educação paraibana**. João Pessoa: Ideia, 2008.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-Memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FUNDAÇÃO Padre Ibiapina. **Relatório**, 1976.

GROSSI, I; FERREIRA, A. **Razão narrativa: significado e memória**. História Oral, n. 4, Junho de 2001.

INSTITUTO DE HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Coriolano de Medeiros. Biografia Disponível em: http://www.ihgp.net/coriolano_de_medeiros.htm. Acesso em: 06 dez. 2015.

LEFRANÇOIS, Guy R. Aprendizagem social: a teoria cognitiva social da Bandura. In: _____. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. Cap. 11, p. 371-392.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitaõ [et al]. 7ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: Mary del Priori (org): **História da Mulher no Brasil**. 10 ed. São Paulo, Contexto, 2012.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Zila Mamede: trajetórias literárias e educativas**. Campina grande: EDUEPB, 2010.

_____; SILVA Fabiana Sena da; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Maria José Mamede Galvão: tessituras de memórias**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

MEIHY, J. C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: contexto, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 18, agosto 1989/setembro de 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSOA, Fernando. **Odes de Ricardo Reis**. (Notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (imp.1994).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Trad. Dora Rocha Flaksman.. Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. Mémória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Trad. Monique Augras Vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-2012 Acesso em: 08 jun. 2015.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In. Mary Del Priori (org): **História das Mulheres no Brasil**.10 ed. São Paulo, Contexto, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança M. Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973), 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Aguilar. 1994.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

SCOCUGLIA, J.; TAVARES, D. **História e Memória da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba**. Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 6, n. 8, p.12-33 out.-nov.-dez./2009.

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. **De Mulheres Ilustres**. João Pessoa: Gráfica Arte Vida, 2001.

_____. **Noventa Anos de Afonso Pereira**. João Pessoa: Ed. Unipê, 2007.

_____. **Cronologia da vida de Afonso Pereira da Silva**. João Pessoa: A União, 2008.

_____. **Ditos e Escritos**: discurso sobre e por Afonso Pereira da Silva. João Pessoa: A União, 2008.

_____. **As marcas do caminho**. João Pessoa: Mídia, 2013.

_____. **O sentido da vida: quando o amor procura**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015.

SILVA, Vera Maria T. **Literatura infantil brasileira**: um guia para professores e promotores de leitura. 2ª ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

SILVA, Vivia de Melo. Rompendo o silêncio: em busca da memória de professores de um grupo escolar da Paraíba. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; ASSIS, Fracymara Antonino Nunes de; Nunes, Maria Lúcia da Silva e SANTOS, Tatiana de Mediros (Orgs). **Do Silêncio à voz**- pesquisas em história oral e memória. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2008.

TANUSI, F.S.C.; ARAUJO, C.A.A. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. In: **Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai. /ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518> Acesso em: 16 out. 2014.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In. Mary Del Priori (org): **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo, Contexto, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONTES ORAIS

ALMEIDA, Daniel Wendel Gonzaga de. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 03 de junho de 2015. (22min25s).

ALMEIDA, Maria Aparecida Ferreira de. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 12 de novembro de 2015. (9min41s).

ALMEIDA, Maria Aparecida Ferreira de. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 27 de novembro de 2015. (11min12s).

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 30 de abril de 2014. (1h04min16s).

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 24 de julho de 2014. (1h06min12s).

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 17 de junho de 2015. (12min16s).

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 13 de outubro de 2015. (30min25s).

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. Entrevista concedida a Raquel do Nascimento Sabino em 01 de dezembro de 2015. (38min16s).

APÊNDICES

APÊNDICE A - modelo semiestruturado das entrevistas- participante 1

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

Título do Projeto de Pesquisa
Nome da entrevistada
Local e data da entrevista
Duração da entrevista

PARTE II: PERGUNTAS NORTEADORAS

ORIGEM, FAMÍLIA E COTIDIANO

Onde e quando a senhora nasceu?
Qual a história da origem de sua família?
Quantos irmãos formavam sua família?
Qual a profissão de seus pais?
Quais as lembranças mais marcantes do convívio familiar quando criança e adolescente?

FORMAÇÃO EDUCACIONAL E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Quando começou sua formação educacional?
Quais as lembranças que a senhora tem das vivências escolares?
Onde e quando iniciou a formação do magistério?
Qual era o seu objetivo ao terminar o curso de magistério?
Quando iniciou sua atuação profissional como educadora e em quais espaços?
O que lhe motivou trabalhar nas instituições-memória?
Quando e qual foi a primeira instituição-memória que a senhora exerceu atividades profissionais?
Na época, enfrentou dificuldades no trabalho como arquivista?
Quando e por que decidiu criar o Arquivo Afonso Pereira?
Fale-nos sobre seu trabalho no Arquivo.
Que experiências mais marcantes foram vivenciadas no Arquivo?
Que práticas educativas são realizadas no Arquivo?
Fale-nos sobre a contribuição do Arquivo Afonso Pereira para sociedade.
Qual o público que visita o Arquivo e o que ele busca?
Quais os seus projetos em relação à atuação como diretora do Arquivo?
Quando a senhora iniciou seu trabalho na Academia Paraibana de Letras?
Qual era o trabalho que a senhora realizava na Academia Paraibana de Letras?
Quais experiências marcantes vivenciou na Academia Paraibana de Letras?
Conte-nos um pouco sobre a história da Fundação Padre Ibiapina.
Qual era o trabalho realizado pela Fundação?
Que trabalho a senhora realizava na Fundação?

Em que ano foi trabalhar na Santa Casa de Misericórdia?
Como foi o trabalho de criação do arquivo geral da Santa Casa?
De onde e quando surgiu a motivação para a senhora ser escritora?
Qual a sua intenção como escritora?
Quais seus livros e autores prediletos?
Que livro de sua autoria considera mais marcante? Por que?
Há algum projeto de escrita para um novo livro?

APÊNDICE B - Modelo semiestruturado das entrevistas- participantes 2 e3

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO Do (A) ENTREVISTADO (A)

Título do Projeto de Pesquisa
Nome da entrevistada
Local e data da entrevista
Duração da entrevista

PARTE II: PERGUNTAS NORTEADORAS

Qual a função que exerce no Arquivo Afonso Pereira?
Qual o tempo de atuação na função atual?
Como se deu o contato profissional com a professora Clemilde Pereira?
Como é o cotidiano do Arquivo?
Qual o público que frequenta o Arquivo e o que busca?
Fale-nos sobre o trabalho da professora Clemilde.

Relate lembranças de momentos marcantes ocorridos no Arquivo.

Na sua opinião o acervo do Arquivo atende as necessidades do público que o frequenta?

Faça uma breve avaliação da contribuição do Arquivo para a sociedade.

APÊNDICE C - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados pelos participantes da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é intitulada **Histórias e Memórias da Professora Clemilde Torres Pereira da Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013)** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Raquel do Nascimento Sabino, aluna do Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa História da Educação, sob a orientação do Prof. Charliton José dos Santos Machado.

O objetivo do estudo é desvelar a trajetória profissional e as práticas educativas de Clemilde Torres Pereira da Silva, bem como sua contribuição às instituições-memória da Paraíba.

Solicitamos a sua colaboração para a realização de entrevista temática gravada em áudio, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde. De acordo com a Resolução nº 466/12 da CONEP/MS, considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. Entretanto este estudo, emprega técnicas e métodos de pesquisa em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da pesquisa, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão bibliográfica e documental, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Raquel do Nascimento Sabino

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Cláudia Ezequiel Pereira da Silva

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Raquel do Nascimento Sabino. Telefone: 83- 882803-20

Endereço (Setor de Trabalho): Sala do Grupo de Estudo e Pesquisa HISTERDBR/PB – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE – Centro de Educação/CE – Universidade Federal da Paraíba/UFPB – Térreo / Campus I / Cidade Universitária / João Pessoa – PB. CEP: 58.051-900. Telefone: (83) 3216-7702 ou (83) 8813-6158

Endereço Comitê de Ética: Centro de Ciências da Saúde/CCS – Universidade Federal da Paraíba/UFPB – 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / João Pessoa – PB. CEP: 58.051-900. Telefone: (83) 3216 7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

João Pessoa, 19 de maio 2015.

Observação: A primeira lauda será rubricada e a segunda assinada tanto pelo pesquisador como pelos participantes da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Raquel do Nascimento Sabino
Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Januel Rudell Gonzaga de Almeida
Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Raquel do Nascimento Sabino. Telefone: 83- 882803-20

Endereço (Setor de Trabalho): Sala do Grupo de Estudo e Pesquisa HISTERDBR/PB – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE – Centro de Educação/CE – Universidade Federal da Paraíba/UFPB – Térreo / Campus I / Cidade Universitária / João Pessoa – PB. CEP: 58.051-900. Telefone: (83) 3216-7702 ou (83) 8813-6158

Endereço Comitê de Ética: Centro de Ciências da Saúde/CCS – Universidade Federal da Paraíba/UFPB – 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / João Pessoa – PB. CEP: 58.051-900. Telefone: (83) 3216 7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

João Pessoa, 03 de junho 2015.

Observação: A primeira lauda será rubricada e a segunda assinada tanto pelo pesquisador como pelos participantes da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Raquel do Nascimento Sabino

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Maria Aparecida de Almeida Ferreira

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Raquel do Nascimento Sabino. Telefone: 83- 882803-20

Endereço (Setor de Trabalho): Sala do Grupo de Estudo e Pesquisa HISTERDBR/PB – Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE – Centro de Educação/CE – Universidade Federal da Paraíba/UFPB – Térreo / Campus I / Cidade Universitária / João Pessoa – PB. CEP: 58.051-900. Telefone: (83) 3216-7702 ou (83) 8813-6158

Endereço Comitê de Ética: Centro de Ciências da Saúde/CCS – Universidade Federal da Paraíba/UFPB – 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / João Pessoa – PB. CEP: 58.051-900. Telefone: (83) 3216 7791
E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br

João Pessoa, 12 de novembro 2015.

Observação: A primeira lauda será rubricada e a segunda assinada tanto pelo pesquisador como pelos participantes da pesquisa.

ANEXOS

ANEXO A - Certidão de aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba-CEP/ CCS/ UFPB

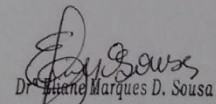


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

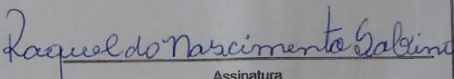

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 2ª Reunião realizada no dia 19/03/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA PROFESSORA CLEMILDE TORRES PEREIRA DA SILVA: SUA CONTRIBUIÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES-MEMÓRIA DA PARAÍBA (1942-2013)”**, da pesquisadora Raquel do Nascimento Sabino. Protocolo 031/15. CAAE: 41020915.0.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Dr. Eliane Marques D. Sousa
Coordenadora CEP/CCS/UFPB
Mat. SIAPE: 0332618

ANEXO B - Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

Plataforma Brasil		MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP	
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: Histórias e Memórias da Professora Clemlide Torres Pereira da Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013)		2. Número de Participantes da Pesquisa: 3	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas, Educação			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Raquel do Nascimento Sabino			
6. CPF: 981.382.784-04	7. Endereço (Rua, n.º): RIO GRANDE DO SUL 777 ESTADOS JOAO PESSOA PARAIBA 58030020		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: (83) 8828-0320	10. Outro Telefone:	11. Email: keisabino@hotmail.com
12. Cargo:			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>12 / 12 / 2014</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Universidade Federal da Paraíba		14. CNPJ:	15. Unidade/Orgão: Programa de Pós-graduação em Educação
16. Telefone: (83) 3216-7140		17. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>ERANILDO JOÃO CARLOS</u>		CPF: <u>748 004 007 59</u>	
Cargo/Função: <u>COORDENADOR</u>			
Data: <u>12 / 12 / 2014</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL		Dr. Eranildo João Carlos Coordenador PPGC	
Não se aplica.		Mat. BIAPE 1024908	

ANEXO C - Escolas criadas pela Fundação Padre Ibiapina

Colégio Agrícola Pimentel Gomes – São Gonçalo
Colégio Antonieta de Meneses – Pilões
Colégio Augusto dos Anjos – Santa Rita
Colégio Com Antonio Bento - Serraria (2º Grau)
Colégio Comercial Clodomiro Leal - Bayeux
Colégio Comercial de Pirpirituba - Pirpirituba
Colégio Comercial Dom Mata - Coremas
Colégio Comercial Dom Mata - Coremas (Pedagógico)
Colégio Comercial Guimarães Duque - São Gonçalo
Colégio Comercial Luis Galdino Sales - Mulungu
Colégio Comercial Monsenhor Moraes - Bonito de Santa Fé
Colégio Comercial Olímpio Souto - Esperança
Colégio Comercial Pedro Augusto de Almeida - Solânea
Colégio Comercial Santo Antonio - Guarabira
Colégio Comercial Wamberto Torreão - Serra Branca
Colégio de Araçagi - Araçagi
Colégio de Imaculada - Imaculada
Colégio de Lucena - Lucena
Colégio de Massaranduba - Massaranduba
Colégio de Pedra Branca - Pedra Branca
Colégio de Pirpirituba - Pirpirituba (2º Grau)
Colégio de Tacima - Tacima
Colégio de Triunfo - Triunfo
Colégio Dr. José Nominando - Água Branca
Colégio Frei Bruno - Lagoa
Colégio Frei Martinho - Frei Martinho
Colégio Manuel Nunes Tavares – Emas
Colégio Ministro José Américo de Almeida - Antenor Navarro
Colégio Nova Olinda - Nova Olinda
Colégio Pe. Aristides Ferreira Cruz - Bom Sucesso
Colégio Padre Isidro - S. J. da Lagoa Tapada
Colégio Professor Afonso Pereira da Silva - Uiraúna
Colégio Santa Helena - Santa Helena
Colégio Santa Teresinha - Santa Teresinha
Escola Tec. de Com. Mons. Constantino Vieira ** - Cajazeiras
Escola Comercial 15 de Novembro - Pilões
Escola Comercial 5 de Agosto - Picuí
Escola Comercial Adelino Pinto ** - Antenor Navarro
Escola Comercial Antonio Bento - Serraria
Escola Comercial de Pirpirituba (1º Grau) - Pirpirituba
Escola Comercial de Umbuzeiro - Umbuzeiro
Escola Comercial Euclides da Cunha ** - Misericórdia
Escola Comercial Frei Martinho ** - Santa Luzia
Escola Comercial João Ursulo ** - Pedras de Fogo
Escola Comercial Lafayette Belfort ** - Sumé
Escola Comercial Pereira da Silva - Araruna

Escola Comercial Prof. Gervásio Benevides ** - Sapé
Escola Comercial Prof. Minervino Cavalcanti ** - Taperoá
Escola Comercial Prof. Clovis Lima - Cuité
Escola Comercial Roberto Simonsen ** - Patos
Escola de Enfermagem Ana Nery - Coremas
Escola Dr. Cornélio Soares ** - Patos
Escola Profissional 2 de Dezembro - Uiraúna
Escola Profissional 4 de Abril - Coremas
Escola Profissional Abdom Milanês - Picuí
Escola Profissional Assis Pereira - Bonito de Santa Fé
Escola Profissional Emília Duarte - Serraria
Escola Profissional Emília Nóbrega - Pombal
Escola Profissional Odília Leal - Antenor Navarro
Escola Profissional Padre Herculano - Araruna
Escola Profissional Padre José Coutinho - Esperança
Escola Profissional Pedro Viana - Cuité
Escola Profissional Professora Odília Leal - Antenor Navarro
Escola Profissional Querubina Pereira - João Pessoa
Escola Profissional Sinhá Carneiro - Malta
Escola Rural Nossa Senhora de Fátima - S. João do Cariri
Escola Rural Professor Anísio Teixeira - Bananeiras (Sítio Oitizeiro)
Escola Rural Querubina Pereira - Tacima
Escola Rural Santa Inês - Santa Rita
Escola Técnica de Comércio Mons. Constantino Vieira - ** - Cajazeiras
Faculdade de Agronomia e Veterinária - São Gonçalo
Faculdade de Direito de Pombal - Pombal
Faculdade de Direito de Sousa - Sousa
Faculdade de Educação de Catolé do Rocha - Catolé do Rocha
Faculdade de Enfermagem de Piancó - Piancó
Faculdade de Engenharia de Patos - Patos
Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Coremas - Coremas
Faculdade de Filosofia de Cajazeiras - Cajazeiras
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Catolé do Rocha
Faculdade de Medicina de Cajazeiras - Cajazeiras
Faculdade de Odontologia de Sousa - Sousa
Faculdade de Serviço Social de C. do Rocha - Catolé do Rocha
Ginásio 4 de Julho - Araruna
Ginásio Andreino Timóteo - Bonito de Santa Fé
Ginásio Com. Frederico João Lundgren - Alhandra
Ginásio Com. Ministro Osvaldo Trigueiro - Jacaraú
Ginásio Comercial 4 de Julho - Araruna
Ginásio Comercial Abgard Renault - Sumé
Ginásio Comercial Antonieta Correia de Meneses - Pilões
Ginásio Comercial Bernardino Bento - Aguiar
Ginásio Comercial Carlos Deodônio Moreno - Arara
Ginásio Comercial Clovis Bezerra - Borborema
Ginásio Comercial de Barra de Santa Rosa - Barra de Santa Rosa
Ginásio Comercial de Caaporã - Caaporã
Ginásio Comercial de Cacimba de Dentro - Cacimba de Dentro
Ginásio Comercial de Caiçara - Caiçara

Ginásio Comercial de Conde - Conde
 Ginásio Comercial de Luis Gomes
 Ginásio Comercial de Manaíra - Manaíra
 Ginásio Comercial de Mari - Mari
 Ginásio Comercial de Natuba - Natuba
 Ginásio Comercial de Pedra Branca - Pedra Branca
 Ginásio Comercial de Tacima - Tacima
 Ginásio Comercial do Vale - Santana dos Garrotes
 Ginásio Comercial Dom Zacarias Rolim – Malta
 Ginásio Comercial Dr. Manuel Guimarães - São José de Piranhas
 Ginásio Comercial Frederico João Lundgren - Alhandra
 Ginásio Comercial Guimarães Duque - São Gonçalo
 Ginásio Comercial Lauro Montenegro ** - Alagoinha
 Ginásio Comercial Luis Galdino Sales - Mulungu
 Ginásio Comercial Manuel Guimarães - São José Piranhas
 Ginásio Comercial Ministro Osvaldo Trigueiro - Jacaraú
 Ginásio Comercial Monsenhor Gomes - Boa Ventura
 Ginásio Comercial Monsenhor Moraes - Bonito de Santa Fé
 Ginásio Comercial Paulo VI - Monte Horebe
 Ginásio Comercial Pereira da Silva - Araruna
 Ginásio Comercial Plínio Lemos - Puxinanã
 Ginásio Comercial Plínio Ramalho - Serra Grande
 Ginásio Comercial Prof. Afonso Pereira - Araruna
 Ginásio Comercial Professor Clóvis Lima - Cuité
 Ginásio Comercial Professor Newton Soares - Olho d'Água
 Ginásio Comercial S - Salgado de São Félix - Salgado de São Félix
 Ginásio Comercial Santa Teresinha - Santa Teresinha
 Ginásio Comercial São Sebastião - Catingueira
 Ginásio Comercial Tabajara - Alagoa Nova
 Ginásio Comercial Teotônio Neto - Santana dos Garrotes
 Ginásio Comercial Wamberto Torreão - Serra Branca
 Ginásio de Caiçara - Caiçara
 Ginásio Doutro Pastor Paulino - Diamante
 Ginásio Imaculada Conceição ** - Cabedelo
 Ginásio Municipal de Natuba - Natuba
 Ginásio Sant'Ana – Piancó

ANEXO D - Bibliotecas Fundadas pela Fundação Padre Ibiapina

Biblioteca Alceu Amoroso Lima - Solânea
 Biblioteca Álvaro de Carvalho - Caiçara
 Biblioteca Assis Chateaubriand - Pilões
 Biblioteca Ciência e Cultura - Alagoinha
 Biblioteca Cônego João Marques Pereira - Serra Branca
 Biblioteca Deputado Mário Silveira - Salgado de São Félix
 Biblioteca Dom Carlos Coelho - Pedra Branca
 Biblioteca Dom Mata - Bonito de Santa Fé
 Biblioteca Doutor Francisco de A Montenegro - Natuba
 Biblioteca Doutor José Medeiros - Mulungu

Biblioteca Doutor Luiz Bronzeado - Alagoa Nova
Biblioteca Doutor Teófilo Braga - São Gonçalo
Biblioteca Escritor Câmara Cascudo - Luis Gomes
Biblioteca Escritor Guimarães Rosa - Tacima
Biblioteca Frei Martinho - Luis Gomes
Biblioteca General Umberto Peregrino - Coremas
Biblioteca Governador João Agripino - Santana dos Garrotes
Biblioteca Inácio da Catingueira - Catingueira
Biblioteca Jornalista José Leal - Puxinanã
Biblioteca Maria Donzinha Bento - Aguiar
Biblioteca Monteiro Lobato - Cuité
Biblioteca Padre Euzébio Oliveira - Bayeux
Biblioteca Padre Manoel Otaviano - Olho d'Água
Biblioteca Padre Nazário Rolim - Bonito de Santa Fé
Biblioteca Padre Sá - Antenor Navarro
Biblioteca Pedro Américo - Sumé
Biblioteca Prefeito Hercílio Lundgren – Alhandra
Biblioteca Professor Afonso Pereira da Silva - Serraria
Biblioteca Professor Flávio Ferrari - Mari
Biblioteca Professor Gilson Amado - Borborema
Biblioteca Professor José Coelho - Araruna
Biblioteca Professor José de Melo - Cuité
Biblioteca Professor Lafayete - Pirpirituba
Biblioteca Professor Lindolfo Ramalho - Boa Ventura
Biblioteca Professor Oscar de Castro - Caaporã
Biblioteca Professor Rubens Filgueiras - Malta
Biblioteca Professor Vinagre - Uiraúna
Biblioteca Professora Daura Santiago - Uiraúna
Biblioteca Roquete Pinto - João Pessoa
Biblioteca Santo Tomás - Arara
Biblioteca Marechal Rondon - João Pessoa
Biblioteca Doutor Ernesto de Sousa Diniz - Diamante
Biblioteca Pedro Américo - Emas
Biblioteca Presidente Médici - Caaporã
Biblioteca Municipal (por doação) - Santa Teresinha
Biblioteca Doutor Otávio Novais - João Pessoa
Biblioteca Duque de Caxias - Pedra Branca
Biblioteca Dom Helder Câmara - Esperança
Biblioteca Professor Pascoal Tróccoli - Sumé
Biblioteca Casto Alves - São Gonçalo
Biblioteca Padre Nicolau Leite - São José de Piranhas
Biblioteca General Rodrigues Lisboa - Jacaraú
Biblioteca Doutor Oscar de Castro - Santana dos Garrotes
Biblioteca Sete de Setembro - Cacimba de Dentro
Biblioteca Padre Lopes - Coremas
Biblioteca Professor Durmeval Trigueiro - Malta
Biblioteca Dom Expedito Lopes – Esperança